



**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus
Urutaí**

Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica

GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA MEDIADO POR RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS NO YOUTUBE

PRISCILA NASCIMENTO MARCELINO

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Diógenes Dias Silveira

Urutaí, agosto de 2023

PRISCILA NASCIMENTO MARCELINO

**GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE
HISTÓRIA MEDIADO POR RECURSOS
EDUCACIONAIS DIGITAIS NO YOUTUBE**

Orientador

Prof. Dr. Ricardo Diógenes Dias Silveira

Dissertação apresentada ao Instituto Federal Goiano –
Campus Urutaí, como parte das exigências do Programa
de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica para
obtenção do título de Mestre.

Urutaí (GO)
2023

Os direitos de tradução e reprodução reservados.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada ou reproduzida por meios mecânicos ou eletrônicos ou utilizada sem a observância das normas de direito autoral.

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

MM314g Marcelino, Priscila Nascimento
Gênero e Sexualidade no Ensino de História Mediado
por Recursos Educacionais Digitais no YouTube /
Priscila Nascimento Marcelino; orientador Ricardo
Diógenes Dias Silveira. -- Urutaí, 2023.
73 p.

Dissertação (Mestrado em Profissional em Ensino
para a Educação Básica) -- Instituto Federal Goiano,
Campus Urutaí, 2023.

1. Gênero. 2. Sexualidade. 3. Ensino de História.
4. REDs. 5. YouTube. I. Dias Silveira, Ricardo
Diógenes, orient. II. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

FOLHA DE APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Título da dissertação: Gênero e Sexualidade no Ensino de História Mediado por Recursos Educacionais Digitais no Youtube.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Diógenes Dias Silveira

Autora: Priscila Nascimento Marcelino

Dissertação de Mestrado **APROVADA** em 22 de agosto de 2023, como parte das exigências para obtenção do Título **MESTRE EM ENSINO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA**, pela Banca Examinadora especificada a seguir:

Prof. Dr. Ricardo Diógenes Dias Silveira

IF Goiano - Campus Urutaí

Prof^ª. Dr^ª Cristiane Maria Ribeiro

IF Goiano - Campus Urutaí

Prof^ª. Dr^ª. Keith Daiani da Silva Braga

IF Goiás

Documento assinado eletronicamente por:

- Keith Daiani da Silva Braga, Keith Daiani da Silva Braga - 2345 - PROFESSORES NA ÁREA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO SUPERIOR - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Ifg (1), em 23/10/2023 10:09:55.
- Cristiane Maria Ribeiro, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 21/10/2023 10:52:51.
- Ricardo Diogenes Dias Silveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 25/08/2023 08:10:29.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 23/08/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 524298

Código de Autenticação: 102d6877a6



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Urutaí
Rodovia Geraldo Silva Nascimento, Km 2.5, SN, Zona Rural, URUTAÍ / GO, CEP 75790-000
(64) 3465-1900



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -
CAMPUS URUTAÍ

Programa de Pós-Graduação em
Ensino para a Educação Básica

FICHA DE AVALIAÇÃO DE PRODUTO/PROCESSO EDUCACIONAL PELA BANCA DE DEFESA

Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí - PPG/EnEB

Discente: Priscila Nascimento Marcelino

Título da Dissertação: Gênero e Sexualidade no Ensino de História Mediado por Recursos Educacionais Digitais no Youtube.

Título do Produto: HISTÓRIA 10 - GÊNERO ESEXUALIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA - Guia DIDÁTICO -PEDAGÓGICO

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Diógenes Dias Silveira

FICHA DE VALIDAÇÃO DE PRODUTO/PROCESSO EDUCACIONAL (PE)

Complexidade - compreende-se como uma propriedade do PE relacionada às etapas de elaboração, desenvolvimento e/ou validação do Produto Educacional.	(x) O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação ou tese. (x) A metodologia apresenta-se clara e objetivamente a forma de aplicação e análise do PE. (x) Há uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teóricos e teórico-metodológicos empregados na respectiva dissertação ou tese. () Há apontamentos sobre os limites de utilização do PE.
--	---

***Mais de um item pode ser marcado.**

Impacto - considera-se a forma como o PE foi utilizado e/ou aplicado nos sistemas educacionais, culturais, de saúde ou CT&I. É importante destacar se a demanda foi espontânea ou contratada.	() Protótipo/Piloto não utilizado no sistema relacionado à prática profissional do discente. (x) Protótipo/Piloto com aplicação no sistema Educacional no Sistema relacionado à prática profissional do discente.
--	---

<p>Aplicabilidade - relaciona-se ao potencial de facilidade de acesso e compartilhamento que o PE possui, para que seja acessado e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas.</p>	<p><input type="checkbox"/> PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto, mas não foi aplicado durante a pesquisa.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o mestrado.</p> <p><input type="checkbox"/> PE foi aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição.</p>
<p>Acesso - relaciona-se à forma de acesso do PE.</p>	<p><input type="checkbox"/> PE sem acesso, por enquanto, em razão da possibilidade de iminente pedido de registro.</p> <p><input type="checkbox"/> PE com acesso via rede fechada.</p> <p><input type="checkbox"/> PE com acesso público e gratuito.</p> <p><input type="checkbox"/> PE com acesso público e gratuito pela página do Programa.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> PE com acesso por Repositório institucional - nacional ou internacional - com acesso público e gratuito.</p>
<p>Aderência - compreende-se como a origem do PE apresenta origens nas atividades oriundas das linhas e projetos de pesquisas do PPG em avaliação.</p>	<p><input type="checkbox"/> Sem clara aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG <i>stricto sensu</i> ao qual está filiado.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Com clara aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG <i>stricto sensu</i> ao qual está filiado.</p>
<p>Inovação - considera-se que o PE é/foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora e original.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> PE de alto teor inovador (desenvolvimento com base em conhecimento inédito).</p> <p><input type="checkbox"/> PE com médio teor inovador (combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos).</p> <p><input type="checkbox"/> PE com baixo teor inovador (adaptação de conhecimento(s) existente(s)).</p>

Breve relato sobre a abrangência e/ou a replicabilidade do PE:

Trata-se de um Guia Didático-Pedagógico para Professores(as) de História do Ensino Médio, com objetivo de auxiliá-los(as) a incluir o gênero e a sexualidade em suas aulas de maneira sensível e respeitosa. Ele apresenta uma série de recursos que podem ser usados para ajudar os estudantes a compreender e valorizar o tema ao longo da História.

Prof. Dr. Ricardo Diógenes Dias Silveira- Presidente da banca *(Assinado eletronicamente)*

Profª. Drª. Cristiane Maria Ribeiro - Membro Interna *(Assinado*

Prof. Dr. Cristiane Maria Ribeiro - Membro Externa (Assinado eletronicamente)

Profª. Drª Keith Daiani da Silva Braga - Membro Externa (Assinado eletronicamente)

Urutaí-GO, 22 de agosto de 2023.

Documento assinado eletronicamente por:

- Keith Daiani da Silva Braga, Keith Daiani da Silva Braga - 2345 - PROFESSORES NA ÁREA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO SUPERIOR - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Ifg (1) em 23/10/2023 10:09:26.
- Cristiane Maria Ribeiro, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 21/10/2023 10:52:05.
- Ricardo Diogenes Dias Silveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 25/08/2023 08:07:29.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 23/08/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 524303

Código de Autenticação: aa2215a2f4



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Urutaí

Rodovia Geraldo Silva Nascimento, Km 2.5, SN, Zona Rural, URUTAÍ / GO, CEP 75790-000

(64) 3465-1900

*“Precisamos resistir e insistir ao lado
dos indesejáveis e descartados e com eles
gritar sem cessar para que sejam ouvidos.”
(Padre Júlio Lancellotti)*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas que me apoiaram e ajudaram durante todo o processo de pesquisa.

Primeiramente, ao meu orientador Ricardo Diógenes Dias Silveira, pela orientação, incentivo, paciência e ensinamentos valiosos. Sem sua orientação e apoio, não teria sido possível concluir este trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica, do Instituto Federal Goiano/Campus Urutaí pela oportunidade de realizar o curso de mestrado e pelo conhecimento transmitido ao longo do programa.

Às professoras Cristiane Maria Ribeiro e Keith Daiani da Silva Braga, membros da banca avaliadora por dedicarem seu tempo e conhecimento para avaliar minuciosamente este trabalho. Suas contribuições e sugestões foram fundamentais para o aprimoramento do trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) pelo suporte financeiro concedido durante todo o período de realização do mestrado. A bolsa de estudos fornecida pela FAPEG foi fundamental para que eu pudesse me dedicar à pesquisa e desenvolvimento deste trabalho.

A meu esposo Carlos Silvio Gomes Junior pela compreensão, amor e apoio durante todo o período em que estive dedicada à realização desta pesquisa. Sem sua paciência, incentivo e ajuda em diversas etapas do trabalho, não teria sido possível concluir este projeto. Agradeço por estar sempre presente, mesmo nos momentos mais difíceis, me dando força e coragem para seguir em frente.

À minha irmã Beatriz Nascimento Marcelino, por estar ao meu lado, apoiando e incentivando em todos os momentos. Sua presença e amizade foram fundamentais para que eu pudesse superar os desafios e dificuldades encontrados ao longo do caminho. Agradeço por compartilhar comigo seus conhecimentos, experiências e opiniões, e por sempre me dar suporte em todas as minhas escolhas.

Aos meus colegas de classe e amigos, que compartilharam suas experiências e conhecimentos, e me proporcionaram um ambiente de aprendizado e troca de ideias.

Também sou grata aos participantes da pesquisa, que se dispuseram a compartilhar suas experiências e opiniões, tornando possível a realização deste estudo.

Mais uma vez, agradeço a todos que contribuíram, pois sem vocês, este estudo não seria possível.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 Sexualidade e gênero	18
2.1.1 <i>Gênero e sexualidade nas políticas educacionais</i>	20
2.2 Ensino de História e Currículo	24
2.2.1 <i>Ensino de História relacionado ao gênero e à sexualidade</i>	28
2.3 Metodologias do Ensino de História	30
2.3.1 <i>Recursos Educacionais Digitais no Ensino de História</i>	32
3. OBJETIVOS	34
3.1 Objetivo Geral	34
3.2 Objetivos Específicos	34
4. MATERIAL E MÉTODOS.....	35
4.1 Levantamento de dados no YouTube	35
4.2. Recrutamento.....	36
4.3. Instrumento de coletas de dados	37
4.4. Análise dos dados coletados.....	38
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	41
5.1 Levantamento de dados do YouTube	41
5.2 Análise dos dados coletados.....	48
5.2.1 <i>Grupo - Ensino de História</i>	48
5.2.2 <i>Grupo - Diversidade Sexual e de Gênero</i>	49
6. PRODUTO EDUCACIONAL	53
6.1 Descrição do Produto.....	53
6.1.1 <i>Canal no YouTube</i>	53
6.1.2 <i>Guia Didático Pedagógico</i>	57
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
9. REFERÊNCIAS	61
APÊNDICE	66
Apêndice – Transcrição das respostas das professoras.	66

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

IMAGEM 1 – Desenho Metodológico: Etapas Da Pesquisa.....	40
QUADRO 1 – Vídeos Encontrados.....	42
IMAGEM 2 – Canal História 10.....	54
QUADRO 2 – Temas Dos Vídeos.....	55

GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA MEDIADO POR RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS NO YOUTUBE

RESUMO

A pesquisa abordou a problemática de avaliar o potencial do YouTube como uma ferramenta de ensino no contexto do ensino de História, especificamente no que diz respeito a questões de gênero e sexualidade. O objetivo principal foi identificar como a plataforma pode enriquecer o ensino de História nessa esfera específica. O estudo incluiu uma análise aprofundada do conteúdo disponível no YouTube relacionado a gênero e sexualidade no ensino de História, destacando a escassez de recursos diretamente aplicáveis em aulas do ensino médio. Em vez disso, os materiais se revelaram mais adequados para preparação de aulas e formação dos professores. A pesquisa ressalta a importância de incorporar discussões sobre gênero e sexualidade no currículo de História. Essa abordagem permite a exposição de aspectos históricos de opressão, discriminação e resistência, contribuindo para que os estudantes compreendam as complexas dinâmicas sociais e desenvolvam pensamento crítico. Além disso, a inclusão desses temas no currículo escolar é fundamental para promover o respeito à diversidade e para construir uma sociedade mais igualitária e respeitosa. O estudo também incorpora entrevistas com professoras de História do ensino médio da rede pública de Pires do Rio, Goiás, com o intuito de compreender suas perspectivas sobre o tema. A análise dessas entrevistas foi realizada de acordo com a metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin (1977). Como resultado da pesquisa, foi desenvolvido um produto educacional inovador, composto por vídeos e um guia didático. Esses recursos foram projetados especificamente para auxiliar os professores a abordarem gênero e sexualidade em suas aulas de História, contribuindo assim para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos em uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. Em suma, a pesquisa realça a relevância de promover o debate sobre gênero e sexualidade no ensino de História, enquanto evidencia a necessidade de um maior destaque para esses temas nos documentos curriculares brasileiros, especialmente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Ensino de História, REDs, YouTube.

GENDER AND SEXUALITY IN HISTORY EDUCATION MEDIATED BY DIGITAL EDUCATIONAL RESOURCES ON YOUTUBE

ABSTRACT

The research addressed the issue of evaluating the potential of YouTube as an educational tool in the context of history education, specifically concerning gender and sexuality. The main objective was to identify how the platform can enhance history education in this specific area. The study included an in-depth analysis of the content available on YouTube related to gender and sexuality in history education, highlighting the scarcity of resources directly applicable in high school classes. Instead, the materials proved more suitable for lesson preparation and teacher training. The research emphasizes the importance of incorporating discussions about gender and sexuality into the history curriculum. This approach allows for the exploration of historical aspects of oppression, discrimination, and resistance, contributing to students' understanding of complex social dynamics and fostering critical thinking. Furthermore, the inclusion of these topics in the school curriculum is essential for promoting respect for diversity and building a more egalitarian and respectful society. The study also incorporates interviews with high school history teachers from the public schools in Pires do Rio, Goiás, with the aim of understanding their perspectives on the subject. The analysis of these interviews was conducted following Bardin's Content Analysis methodology (1977). As a result of the research, an innovative educational product was developed, consisting of videos and a teaching guide. These resources were specifically designed to assist teachers in addressing gender and sexuality in their history classes, thus contributing to the education of more aware and critical citizens in a more inclusive and respectful society. In summary, the research highlights the importance of promoting the discussion of gender and sexuality in history education while underscoring the need for greater emphasis on these topics in Brazilian curriculum documents, especially in the National Common Curricular Base (BNCC).

Keywords: Gender, Sexuality, History Education, REDs (Educational Resources), YouTube.

1. INTRODUÇÃO

Gênero e sexualidade são conceitos distintos, mas relacionados, que descrevem aspectos fundamentais da identidade e da experiência humana. O gênero refere-se às construções sociais, culturais e psicológicas associadas ao ser homem, mulher ou a outras identidades de gênero que possam existir. É importante ressaltar que gênero não se restringe apenas a uma dimensão biológica (sexo biológico), mas envolve também características comportamentais, papéis sociais, percepções e expressões de cada indivíduo em relação a si mesmo e aos outros. É uma construção social, ou seja, varia conforme as culturas e sociedades, podendo ser interpretado de forma diferente em diversos contextos. A sexualidade, por sua vez, refere-se à atração romântica, emocional e/ou sexual que uma pessoa sente por outras pessoas. Ela é complexa e multifacetada, e as experiências podem variar amplamente de um indivíduo para outro.

Esses temas são uma realidade presente em todas as épocas e culturas, embora tenha sido frequentemente invisibilizada ou reprimida. Em muitos momentos históricos, pessoas que não se encaixavam nos padrões cis-heteronormativos foram marginalizadas e perseguidas, sofrendo violência e discriminação.

Por isso, é fundamental que o ensino de História contemple o gênero e a sexualidade em seus conteúdos. Isso significa abordar as histórias das mulheres, das pessoas LGBTQIA+¹ ao longo do tempo, reconhecendo suas lutas e conquistas, mas também as formas como foram subjogadas e oprimidas. É preciso compreender como a discriminação e a exclusão foram justificadas e legitimadas através das normas de gênero e das expectativas sociais relacionadas à sexualidade. Além disso, é importante que o ensino de História promova a reflexão crítica sobre as relações de poder presentes na sociedade em diferentes momentos históricos. Isso inclui a análise das normas de gênero e das formas como elas foram utilizadas para manter as pessoas LGBTQIA+ em posição de subalternidade e desigualdade.

Ao incluir o gênero e a sexualidade no ensino de História, é possível contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos, capazes de reconhecer e combater a discriminação e a exclusão de pessoas LGBTQIA+. É fundamental que as escolas ofereçam recursos e formação adequados para que os professores possam trabalhar esse tema com

¹ L – lésbicas; G – gays; B- bissexuais; t – transexuais, travestis e transgênero; Q – queer; I – intersexo; A – assexual; + é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero (SILVA, Gabriele. (2021). **Qual o significado da sigla LGBTQIA+?**. Educa+Brasil. Disponível em: <https://22dj.short.gy/VQiq72>. Acesso em: 15 set. 2021).

sensibilidade e respeito, promovendo o diálogo e o aprendizado em um ambiente seguro e inclusivo.

Porém, o que se tem na prática e é um consenso entre autores como Roney de Castro *et. al* (2019) e Juliana Collares da Silva *et. al* (2020) é que falta esse debate na Base Nacional Comum Curricular (BNCC²), o que gera dificuldades para as escolas trabalharem com o tema em suas disciplinas e propostas curriculares. Diego Gomes Souza (2020) salienta que a ausência dessas discussões representa um grande obstáculo no trabalho com o tema no ensino básico, uma vez que exige grande mobilização por parte dos professores que desejam abordar esses assuntos. Além da mobilização, pode-se destacar também, a falta de suporte para lidar com a rejeição das famílias.

Essas observações estão em conformidade com a pesquisa bibliográfica realizada nos portais *on-line* Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), abrangendo o período de 2012 a 2022. A busca foi realizada utilizando a *string* de busca (“gênero e sexualidade” OR “sexualidade” OR “gênero”) AND (“ensino de história”). Os resultados obtidos foram 15.700 no Google Acadêmico e 198 na BDTD.

Com base nesses resultados, foram consideradas as 50 publicações mais relevantes de cada portal, analisando aquelas que abordavam especificamente o tema de gênero e sexualidade no ensino de História em seus títulos e/ou resumos. A partir dessa análise, foram selecionados 13 trabalhos que se encaixavam nesse critério.

Durante a análise dos trabalhos, foi identificado que os professores de História reconhecem a ausência desse tema nos documentos oficiais, como a BNCC, mas também têm consciência da importância de abordar essas questões no ensino de História. No entanto, muitos deles não incluem esses temas em suas discussões ou, quando o fazem, tendem a focar somente na discussão sobre gênero, deixando de lado as questões relacionadas à sexualidade. Essa observação sugere a necessidade de maior abrangência e aprofundamento desses temas na prática pedagógica dos professores de História.

Dessa forma, a pesquisa parte da hipótese de que a ausência de debate sobre gênero e sexualidade nos documentos oficiais de ensino contribui para a escassez de materiais didáticos disponíveis para os professores abordarem esse tema em suas aulas. Diante dessa questão, torna-se crucial desenvolver estratégias que auxiliem os professores a trabalharem com essa temática.

² A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica, que engloba a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Para investigar essa questão, a pesquisa propôs: é possível o YouTube contribuir para o ensino de História relacionado ao gênero e à sexualidade? O objetivo foi identificar como a plataforma pode contribuir para o ensino de História nessa área específica. Para isso, foi importante examinar o conhecimento dos professores de História em relação a esse tema, de todas as escolas públicas de Pires do Rio, Goiás, que oferecem o ensino médio.

Como resultado, foram produzidos vídeos e criado um canal chamado “História 10” no YouTube, dedicado a discutir gênero e sexualidade no contexto do ensino de História. Além disso, foi elaborado um guia didático para complementar os vídeos, apresentando os recursos criados para auxiliar os professores na abordagem desses temas em suas aulas. O objetivo final é oferecer suporte e ferramentas que ajudem os docentes a aprofundarem a discussão sobre gênero e sexualidade em suas aulas de História de maneira adequada e enriquecedora.

Para alcançar os objetivos, a pesquisa realizada foi de abordagem qualitativa de caráter descritivo, conforme as contribuições de Menga Lüdke e Marli Eliza Dalmazo Afonso de André (2018) sobre o assunto, e dividida em etapas, sendo estas:

1) Levantamento de dados no YouTube³: foi conduzido um estudo para identificar a quantidade de vídeos publicados entre 2005 e 2022 que abordaram o tema de gênero e sexualidade no ensino de História. Para essa análise, utilizou-se a *string* de busca (“gênero e sexualidade” OR “sexualidade” OR “gênero”) AND (“ensino de história”) na plataforma. A realização dessa pesquisa foi crucial para determinar se existem vídeos específicos sobre essa temática.

2) Recrutamento dos participantes da pesquisa: busca pelos professores que participaram das entrevistas para a pesquisa, junto à Coordenação Regional de Educação e posteriormente, nas escolas públicas de Pires do Rio, Goiás.

3) Instrumentos de coleta de dados: foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os professores de História, do ensino médio, utilizando um roteiro de perguntas (Apêndice 1) que foram complementadas ao longo da entrevista. O objetivo era obter informações sobre a utilização do YouTube em aula, o entendimento dos professores sobre gênero e sexualidade, se tais temas eram abordados em suas aulas, entre outras questões relevantes. As respostas foram importantes para a pesquisadora compreender as necessidades dos professores e assim, criar o produto educacional a partir da pesquisa.

4) Análise dos dados: análise das entrevistas a partir dos critérios propostos por Laurence Bardin (1977).

³ Foi escolhido devido à sua ampla acessibilidade, popularidade, recursos audiovisuais, interação, custo-benefício e flexibilidade para compartilhamento de vídeos, o que será explicado mais adiante no texto.

Finalizada essas etapas foram organizados os roteiros para o produto educacional, que são Recursos Educacionais Digitais (REDs): uma série de vídeos curtos sobre gênero e sexualidade no ensino de História, que foram publicados no canal História 10 no YouTube e um guia didático sobre os vídeos produzidos, que são um complemento dos vídeos e que poderão auxiliar os professores em suas aulas de História no que se refere ao trabalho com os temas mencionados.

Para dialogar com a pesquisa, foram utilizados autores como Elza Nadai (1993), Fausto de Melo Faria Filho (2022), Guacira Lopes Louro (1997), Rogério Diniz Junqueira (2009), entre outros que se tornaram relevantes.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Sexualidade e gênero

A sexualidade para Michel Foucault (1999) é uma construção histórica e política que está em permanente produção a partir de inúmeros dispositivos, permeada por valores, normas, conjunto de verdades, práticas e conhecimentos que são criados socialmente e que vão interferir na forma de viver, agir e pensar das pessoas e da sociedade. Pensando no âmbito da Educação, por exemplo, se tem a divisão por sexo nas aulas de Educação Física, com esportes que são para meninos e para meninas, na educação infantil as filas dos meninos e das meninas, a perseguição ou segregação vivenciada pelos homossexuais - ou pessoas que assim se identificam -, dentre outros, evidenciando essa construção histórica em torno da sexualidade (BORTOLINI, 2012).

Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico, que vai evoluindo e podendo ter diversos usos, às vezes múltiplas interpretações ou mesmo contradições e que está sujeito a debates e disputas políticas. Mas é importante destacar que sexualidade é diferente de sexo biológico.

O sexo biológico diz respeito às características biológicas que um indivíduo possui e que tem ao nascer. Um indivíduo do sexo feminino, então, seria aquele que possui vagina, os órgãos reprodutores femininos, hormônios femininos e os cromossomos XX, enquanto o sexo masculino, seriam os indivíduos que possuem pênis, os órgãos reprodutores bem como os hormônios masculinos e os cromossomos XY. Além desses, tem-se também os indivíduos intersexo, que são aqueles que possuem as características acima citadas, mas que destoam do padrão binário feminino e masculino (FARIA FILHO; GOMES, 2022). Mas, embora o sexo biológico esteja relacionado às características físicas, anatômicas e cromossômicas, é importante reconhecer que essas características são moldadas e interpretadas pela cultura. Portanto, não é apropriado considerar o sexo biológico como algo que possa ser compreendido sem levar em conta as influências culturais e sociais.

No que se refere à categoria de gênero, o mesmo tem origem na Antropologia da década de 1930 e 1940 (SUÁREZ, 1995) e, posteriormente, se apoiou na ideia de Simone de Beauvoir, que em 1949 em seu livro *O Segundo Sexo* explicitou: “Não se nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade [...]” (BEAUVOIR, 1975, p. 9).

Na década de 1970 o conceito de gênero foi instituído com as articulações do Movimento Feminista e depois, pelo Movimento LGBTQIA+. Numerosos campos de estudos

acadêmicos foram definidos e o conceito passou a ser utilizado para analisar e explicar a situação subalterna que os sujeitos e grupos protagonistas dos movimentos citados permaneceram no decorrer da História (BRABO; SILVA; MACIEL, 2020). Desse modo, gênero está relacionado à sexualidade, porque ambos se referem a categorias que compõem a identidade humana.

Gênero, assim, revela historicamente vários conceitos, que segundo Joana D'arc da Silva Figueirêdo e Ana Maria Barros (2014), são propostos por diversas opiniões como as dos estudos feministas e científicos. As mesmas autoras salientam que há também, os estudos que relacionam o gênero a apenas uma dimensão biológica dos sexos femininos e masculino e aqueles que discutem essa categoria do ponto de vista cultural, relacionado à convivência social, como é o caso da Guacira Lopes Louro (1997) e Joan Scott (1995).

Louro (1997) trata o conceito de gênero de modo plural, ressaltando que são inúmeras as representações, os projetos sobre homens e mulheres e que, as concepções sobre gênero são diferentes não só entre as sociedades ou momentos históricos, mas no interior de uma determinada sociedade quando se considera os grupos que a constituem.

Scott (1995), define essa categoria afirmando que sua definição tem dois subconjuntos relacionados, mas que devem ser diferenciados. Para ela, o núcleo de definição de gênero consiste em duas proposições interconectadas: a primeira é que o gênero é um elemento fundamental das relações sociais que se baseiam nas diferenças percebidas entre os sexos, enquanto a segunda é que o gênero é uma forma primária de atribuir significado às relações entre os sexos. Em outras palavras, o gênero é uma construção social que influencia a forma como as pessoas percebem, interagem e se relacionam com outras pessoas com base em suas identidades de gênero (SCOTT, 1995).

Para a autora, gênero está relacionado à convivência social, ancorado nos discursos das diferenças biológicas entre os sexos. Além disso, compreende que ele é determinado simbolicamente e materialmente pelas questões políticas, educacionais, jurídicas, religiosas, entre outras, isto é, por relações de poder (SCOTT, 1995).

Nesse contexto, a concepção de Dagmar Meyer (2010) sobre gênero se coaduna com as das autoras e reforça que o conceito de gênero engloba a construção social, cultural, linguística envolvidas nos processos que diferenciam mulheres de homens “incluindo aqueles processos que incluem seus corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade” (MEYER, 2010, p. 16).

A partir do exposto, é válido mencionar que uma vez que a cultura, a convivência social molda as definições de sexualidade e de gênero é importante que o pensamento coletivo,

progressivamente, se transforme em direção ao respeito às diversidades. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2022), em 2021 o Brasil permaneceu em 13º ano consecutivo como o país que mais assassina pessoas trans no mundo, demonstrando que a falta de respeito às diversidades está arraigado nele e que é necessário haver políticas públicas e discussões acerca das categorias gênero e sexualidade, especialmente no ambiente escolar, local que possui representantes de todas as letras da sigla LGBTQIA+ estudando e convivendo entre si (SEFFNER, 2021).

2.1.1 Gênero e sexualidade nas políticas educacionais

Desde a década de 1920 (BRASIL, 1998) existem trabalhos e discussões desenvolvidos nas escolas sobre a sexualidade, mas as movimentações para inserir esse tema nos currículos foram desenvolvidas com os movimentos sociais e com maior intensidade após a Ditadura Militar e redemocratização do país. A partir dos anos de 1960, impulsionado pelas reivindicações do Movimento Feminista, houve um aumento significativo no interesse e abordagem da sexualidade nas escolas. Nesse contexto, a perspectiva sobre o papel da educação diante das questões sexuais enfrentadas por crianças e jovens ganhou destaque, culminando na criação e desenvolvimento da Educação Sexual.

Na década de 1980, a pandemia do HIV/Aids intensificou a preocupação com as doenças sexualmente transmissíveis na população em geral, o que fez a Educação Sexual ser oficializada na escola, se atendo principalmente, com temas sobre a prevenção à gravidez precoce e a infecção pelo HIV e outras doenças.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) número 9.394, não incorpora referências específicas sobre Educação Sexual, gênero e sexualidade. Porém, de acordo com Daivane Almeida e Fabiane Leal (2022, p. 11) “indica para a promoção dos Direitos Humanos e o combate a todas as formas de discriminação no âmbito escolar, além de considerar a obrigatoriedade da inserção de Temas Transversais na escola”. Assim, essa lei pode ser interpretada como uma forma de garantir que o gênero e sexualidade possam ser discutidos em sala de aula como um Tema Transversal e como uma forma de prevenção a todos os tipos de discriminação.

Dessa forma, de acordo com Jimena Furlani (2005), a Educação Sexual no currículo tornou-se oficial e institucionalizada com o lançamento dos PCNs (Parâmetros Curriculares

Nacionais), do Ministério da Educação, em 1997. Para a autora, eles foram criados para incluir temáticas relevantes para a formação integral do aluno e da cidadania. Os Temas Transversais são considerados temas extra disciplinares que devem ser trabalhados de forma integrada e articulada com as disciplinas tradicionais e a inclusão desses temas, como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, estudos econômicos e orientação sexual, na política educacional brasileira, reflete uma preocupação em formar cidadãos mais conscientes e críticos, capazes de entender e lidar com questões sociais, culturais e ambientais complexas.

Nos PCNs mudaram o termo Educação Sexual para Orientação Sexual, que segundo a autora teve como intenção explicar “[...] o desgaste pedagógico de uma ‘Educação Sexual’, até então, evidenciada por um caráter excessivamente biológico, médico, higienista e moralista” (FURLANI, 2005, p. 196). Entretanto, ao trocar os termos os PCNs instauraram uma confusão pelo uso de Orientação Sexual, uma vez que esse termo posteriormente se caracterizou com o sentido de representar o desejo sexual humano, com destaque para as orientações sexuais heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade⁴ (BRABO; SILVA; MACIEL, 2020). Na época apesar de pioneira, ao limitar às ISTs⁵ e à gravidez precoce às relações heterossexuais, o documento excluiu as demais formas de vivenciar a sexualidade humana. Essa percepção somente mudou no momento em que a Educação Sexual passou a entender as sexualidades como inúmeras formas de expressar e vivenciar a sexualidade humana, incluindo as ideias de diferença e de diversidade (BRABO; SILVA; MACIEL, 2020).

Em 2004, com o Programa Brasil sem Homofobia criado em conjunto com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e com o Movimento LGBTQIA+ (JUNQUEIRA, 2009), houveram reações negativas. Mas, a sociedade civil brasileira direcionou sua aversão ao Projeto Escola sem Homofobia, que era uma parte do Programa Brasil sem Homofobia.

O projeto mencionado elaborou cadernos didáticos para uso em sala de aula, intitulado de Kit de Combate à Homofobia nas Escolas (OLIVEIRA JÚNIOR, 2017), o que seria um auxílio pedagógico para abordar e discutir sobre o tema nas escolas. Mas, antes que os kits pudessem chegar às escolas, o Congresso Nacional sob influência de grupos religiosos, em sua

⁴ “Heterossexualidade: indivíduo que sente atração sexual por pessoas do gênero oposto); homossexual: indivíduo que sente atração sexual por pessoas do mesmo gênero; bissexual: indivíduo que sente atração sexual por pessoas dos gêneros feminino e masculino” (FARIA FILHO, 2022, p. 16).

⁵ Infecções Sexualmente Transmissíveis. Atualmente o uso do termo DST (Doença Sexualmente Transmissíveis) caiu em desuso sendo substituído pelo citado.

maioria, os vetou. “*Kit Gay*”, como foram nomeados a partir de campanhas de difamação, anunciando que esses cadernos estimulariam o “homossexualismo⁶”, a promiscuidade.

No ano de 2014, com a atualização do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, uma de suas metas foram atacadas, sendo ela: “[...] a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (BRASIL, 2010, p. 1). Somente por mencionar gênero e orientação sexual, houve debate em âmbito nacional. No dia da votação e discussão do documento, grupos religiosos estiveram presentes promovendo uma série de difamações e divulgação de informações errôneas sobre os temas. Esses grupos:

[...] contrários à inclusão de gênero e dos direitos LGBT presentes à sessão da Comissão especial sobre o PNE, da Câmara dos Deputados que apreciou e votou o projeto de lei, portavam cartazes de explícito repúdio à ‘ideologia de gênero’⁷. Alguns deles diziam: ‘Gênero não!’ ou ‘Não à ideologia de gênero!’ (ROSADO-NUNES, 2015, p. 1243)

Depois desse episódio o texto final do documento foi reformulado, com uma redação genérica, prevendo na mesma meta citada acima “[...] a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014, p. 43). Ou seja, Estados e Municípios escolheriam se contemplariam ou não os termos reclusos do PNE nos seus Planos de Educação locais.

Assim, com essa redação generalizada, a supressão dos termos gênero e orientação sexual, passou para a sociedade em geral que as instituições de ensino estão proibidas de trabalharem os temas, mesmo que ambos estejam “incluídos como formas de discriminação pelos aspectos referentes aos preconceitos e violências que os envolvem: a homofobia, a transfobia e o sexismo” (BRABO; SILVA; MACIEL, 2020, p. 15-16).

Em 2014 começou a ser desenvolvido pelo Ministério da Educação, a partir do PNE, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento curricular previsto no artigo 210º da

⁶ Esse termo é considerado pejorativo e inadequado porque o sufixo “-ismo” sugere uma patologia ou doença, o que implica que a homossexualidade é uma escolha ou um distúrbio mental, o que não é verdade. Além disso, o sufixo “-ismo” implica em uma condição negativa e anormal, reforçando estereótipos e preconceitos contra pessoas LGBTQIA+.

⁷ “[...] visando a identificar, compreender e criticar os processos de naturalização das relações de gênero, a subordinação das mulheres, a assimetria de poder e de acesso aos recursos por parte das mulheres em relação aos homens (KROSKA, 2007; LORBER, 1994; SPANIER, 1995 apud JUNQUEIRA, 2022, p. 24). Segundo tal entendimento, são manifestações de ideologia de gênero o machismo, o sexismo, a misoginia, o heterossexismo, a transfobia, assim como a discussão religioso-moralista e antifeminista contrária à adoção da perspectiva de gênero nas políticas sociais, entre outras coisas [...] (JUNQUEIRA, 2022, p. 24).

Constituição Federal de 1988 e no artigo 26º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (RALEJO; MELLO; AMORIM, 2021), sendo apresentado ao público, de fato, em setembro de 2015.

Juliana Collares da Silva *et. al* (2021) fazem uma análise desse documento no que se refere aos termos gênero e sexualidade. Em suas reflexões, a palavra gênero foi encontrada no texto final da BNCC quando se refere a gênero textual/literário/musical, não se referindo em nenhum momento enquanto uma construção social. Marília Gabriela Monteiro e Maria Elite Santiago (2014) identificam que a palavra gênero e orientação sexual foram suprimidas da BNCC e afirmam que isso se deve à vinculação de movimentos de grupos políticos conservadores, ligados a instituições religiosas cristãs.

O mesmo acontece com a palavra sexualidade, que segundo Silva *et. al* (2021) ao longo das 600 páginas da BNCC somente aparece três vezes e é abordada de forma restrita, com ênfase na biologia e na reprodução, sem tratar de questões sociais e culturais importantes relacionadas à sexualidade. Neilton dos Reis e Isabela dos Reis Goularth (2017), concordam com a menção de Silva *et. al* (2021), quando afirmam que a educação sexual é socialmente importante, e que questões como gênero, orientação sexual, diversidade sexual e prevenção de violência devem ser incluídas na educação. Portanto, os autores destacam a necessidade de ampliar a abordagem da sexualidade na BNCC para incluir uma visão mais abrangente e contextualizada da sexualidade, que vá além da perspectiva biológica.

São identificadas na BNCC algumas incongruências, como pode-se observar no trecho sobre as Ciências Humanas:

As Ciências Humanas devem assim estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais (BRASIL, 2018, p. 354).

Um documento que objetiva estimular a formação ética dos estudantes para que estes valorizem os direitos humanos, suprime gênero e a sexualidade do debate escolar, pois não proporciona que os estudantes reflitam sobre o assunto e possam tomar consciência sobre as desigualdades de gênero, refletir sobre as violências, os impactos sociais que exercem na vida em sociedade (SILVA *et. al.*, 2021, p. 172).

Na primeira competência das Ciências Humanas da BNCC, “Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade

plural e promover os direitos humanos” (BRASIL, 2018, p. 357), apresenta mais uma contradição, pois se o documento não aborda as identidades de gênero e sexual, não é possível uma formação orientada por valores democráticos. Percebe-se assim, que a BNCC necessita de muitas reflexões, uma vez que foi influenciada por viés religioso e conservador em sua construção.

Atualmente existe um cenário nocivo para essas políticas, que vêm sendo articulados desde à época dos PCNs, “[...] resistência dos professores em abordar os temas sexualidade e gênero, alegando que essa é uma função da família, além dos [...] pesquisadores da área acadêmica [que] pautaram suas críticas no enfoque biologizante do material em relação a sexualidade e ao gênero” (PEROVANO; SOUSA, 2016, p. 6-7 apud BRABO; SILVA; MACIEL, 2020). São reações esperadas vindas de uma população que historicamente exclui e discrimina tais temas e o que eles representam.

A partir do exposto e direcionando essas reflexões para o ensino de História, fica evidente a importância de se discutir sobre o gênero e a sexualidade dentro do respectivo ensino. Isto é, pois ele busca trabalhar com questões voltadas para os Direitos Humanos e a cidadania, a formação da consciência histórica, provocar reflexões a respeito de questões políticas, econômicas, culturais, sociais, desenvolver no estudante a compreensão de que a realidade na qual ele está inserido foi produzida por uma razão, podendo ser alterada e modificada, que o momento no qual ele vive é o resultado da ação de grupos distintos da sociedade, sendo estas reflexões relevantes para o ambiente escolar.

2.2 Ensino de História e Currículo

Para discutir sobre o ensino de História é importante fazer uma breve contextualização do mesmo ao longo do tempo, partindo-se aqui do chamado Período Regencial.

A criação do Colégio D. Pedro II, em 1837 no Período Regencial, segundo Circe Bittencourt (2008), faz com que a disciplina de História nasça ligada ao ideal de apresentar uma história da nação, de criar uma identidade comum a essa nação. E a criação desse colégio, marca o momento em que a disciplina de História passa a ser obrigatória, o que, segundo Flávia Eloisa Caimi (2001) coincide com o fato da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB): seu corpo docente compunha o quadro de intelectuais do IHGB, sendo estes que

elaboravam os manuais didáticos, os programas escolares, as orientações dos conteúdos que deveriam ser ensinados, sempre com influência francesa⁸.

No início do século XX o modelo de civilização europeu passa a ser criticado, especialmente após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando a função cívica da História passa a ser questionada, percebendo-se que além de contribuir para a unidade da nação, o projeto civilizador também era útil para a guerra e destruição.

Com o surgimento e desenvolvimento do movimento da Escola dos Annales (1929-1989), a crença em um ensino de História que objetivava a civilização também foi questionada. Isso se deve ao fato de que a produção da História, anteriormente centrada no político, nos heróis, nos grandes homens - geralmente brancos e heterossexuais - nos grandes eventos e no ensino etnocêntrico, passou a ser vista como limitada e tendenciosa. Para os membros da Escola dos Annales, a História deveria ser uma disciplina que abarcasse todos os aspectos da experiência humana, incluindo não apenas as elites e os eventos políticos, mas também as estruturas sociais, as práticas culturais, a vida cotidiana e as mentalidades populares. Dessa forma, a História se tornaria uma ferramenta mais eficaz para compreender as mudanças e transformações sociais ao longo do tempo. Com essa abordagem mais ampla, os Annales ajudaram a desafiar as noções estereotipadas e preconceituosas que haviam sido perpetuadas pela História tradicional, permitindo uma análise mais profunda e abrangente dos processos históricos⁹.

Nos anos de 1920 e 1930 no Brasil a Escola Nova, que ia contra o tradicionalismo na educação, colocava a tarefa de reorganizar a escola de forma a atender as transformações que estavam ocorrendo no país, como por exemplo, a industrialização. Porém, as tentativas de implantar uma nova pedagogia sofreu entraves devido ao projeto nacionalista do Estado Novo (1937-1945), que tinha a frente do governo, Getúlio Vargas, silenciando muitos debates acerca da educação.

Durante o Estado Novo, segundo Marilen Fagundes Peres, Janete Schirmer e Tatiane Souza Ritter (2015), o acesso ao Ensino Secundário era limitado às elites econômicas que estavam se preparando, para no futuro, assumir o governo e conduzir o povo, contribuindo, nas

⁸ Ensinar História passou a ser uma prática social no Brasil e a disciplina era obrigatória neste colégio, da mesma forma que acontecia na Europa, especialmente na França a partir do final do século XVIII. Esse ensino no Brasil, era, na realidade, uma cópia do modelo francês, em que reproduzia apenas os heróis europeus, suas conquistas, valorizando a sociedade europeia como uma sociedade a ser copiada.

⁹ Posteriormente, em 1966 surge o conceito de História vista de baixo, criado por Edward Thompson, que procura produzir conhecimento histórico a partir do ponto de vista de homens e mulheres comuns, que também foram sujeitos do processo histórico.

palavras das autoras para “legitimar o sistema político, reforçando a moral e o civismo nas pedagogias escolares” (PERES; SCHIRMER; RITTER, 2015, p. 204).

Dessa forma, são retomados no currículo de História antigos “heróis” e muitas tradições. Estas, muitas vezes foram até mesmo criadas, uma vez que fazia parte da intencionalidade do governo. Para Eric Hobsbawm (2002) tradições inventadas são aquelas que tem o propósito de socialização, de inculcação de ideias, de sistemas de valores e padrões de comportamentos, ou seja, práticas regidas por regras abertamente aceitas.

No período da Ditadura Militar, implantada a partir de 1964, o ensino de História segundo Elza Nadai (1993) manteve as mesmas características, políticas se fundamentando apenas nos estudos de fontes oficiais, com uma perspectiva rigorosamente factual, carregada de sujeitos heróis (homens, brancos e heterossexuais) com modelos a serem seguidos, mas nunca questionados. Nesse ensino, críticas e interpretação dos fatos não eram sequer cogitados, pois visava a formação de estudantes passivos, que não questionavam, apenas aceitavam e valorizavam a lei, a ordem e o progresso (NADAI, 1993). Além disso, nesse período o governo reorganizou a educação de forma a controlar as escolas e legitimar o regime militar nos espaços que se opunham a ele.

A partir de 1985, discussões sobre reformas democráticas na educação passam a repercutir em novas propostas para o ensino de História, levando à elaboração de novas propostas curriculares, novas produções de materiais didáticos (PERES; SCHIRMER; RITTER, 2015). Dessa forma, a década de 1980, seria marcada por debates em torno desse ensino, com a realização de seminários, congressos, etc., evidenciando a disposição para o “redimensionamento das teorias, métodos, conteúdos e linguagens de ensino da disciplina” (CAIMI, 2011, p. 43). O currículo proposto no momento dessa redemocratização do país, passou a valorizar, as ações dos sujeitos em relação às estruturas em mudança que demarcam o processo histórico das sociedades, incluindo o estudo da produção do conhecimento histórico, das fontes e das temporalidades. Essa mudança contrariava os pressupostos teóricos da História tradicional, que era eurocêntrica, factual, heroica e política, pautada na memorização, realização de exercícios de fixação e no direcionamento dos livros didáticos (PERES; SCHIRMER; RITTER, 2015).

É válido destacar que as décadas de 1980/1990 também trazem os estudos de gênero em História com o objetivo de resgatar a presença e a participação das mulheres na história, que haviam sido frequentemente apagadas ou negligenciadas pelos relatos históricos dominantes, que em grande parte eram escritos por homens sobre homens. A partir dessa

abordagem, começou-se a investigar a história a partir da perspectiva das mulheres, analisando as relações de poder, as experiências, as lutas e as conquistas das mulheres ao longo do tempo.

No entanto, com o tempo, a perspectiva dos estudos de gênero em história se expandiu para incluir outras identidades de gênero e sexualidade fora da norma, que também haviam sido historicamente silenciadas ou marginalizadas. Isso inclui, por exemplo, a história de pessoas LGBTQIA+ e de indivíduos não binários, entre outros.

Com os PCNs, o currículo do ensino médio se organiza por áreas do conhecimento e as ciências humanas e suas tecnologias abrangem Geografia, Sociologia, Filosofia e História. Para o ensino fundamental, os PCNs apresentam as disciplinas como áreas do conhecimento, sendo a História mantida com sua especificidade, mas integrando-se às demais disciplinas através dos “temas transversais”.

Foram muitas as contribuições dos PCNs para o ensino de História, uma vez que apresentaram uma historiografia atualizada que tenta superar o ensino tradicional, novos objetos de estudos e metodologias foram incorporados, conteúdos organizados com uma base atitudinal, procedimental e cognitiva. Além disso, Emery Marques Gusmão (2004) acrescenta que é importante analisar em relação aos PCNs que o documento apresenta práticas pedagógicas que buscam desenvolver conceitos, habilidades e atitudes nos alunos, favorecendo a compreensão da realidade e sua participação na sociedade. A noção de conteúdo escolar é ampliada para incluir procedimentos, valores, normas e atitudes, responsabilizando a escola pela formação integral do aluno.

Dessa forma, a proposta dos PCNs é complexa, o que dificulta sua apropriação pelos professores, uma vez que segundo Gusmão (2004), eles aceitam a contribuição da educação de valores, da disciplina de História para a formação política dos alunos, mas questionam sua viabilidade.

Na BNCC a disciplina de História trouxe à luz debates sobre quais conhecimentos deveriam ser selecionados e publicados no currículo. Sua primeira versão rompeu com alguns aspectos da história tradicional trazendo para a comunidade disciplinar de História, a proposta de um currículo crítico ao eurocentrismo (RALEJO, MELLO; AMORIM, 2021).

Percebe-se dessa maneira, que o conhecimento no currículo está relacionado com questões de poder. Para Bill Green (2017) o currículo é algo sempre político e como prática de representação de poder, o currículo de História na BNCC representa a aprovação de determinados conhecimentos. Ou seja, existem disputas pela implantação da verdade e por aquilo que deve ser ensinado nas escolas.

Segundo Carmen Teresa Gabriel (2019), o currículo de História no âmbito da BNCC traz os conteúdos como prescrições, naturalizações, não indicando suas consequências com as diferentes relações de poder. Para a autora, existe um currículo que legitima o *status quo*, o que reforça o silenciamento ou mesmo o apagamento de narrativas das minorias, sendo elas culturais, sociais, éticas e de gênero, que já eram historicamente excluídas das práticas curriculares de História. Pode-se observar que a disciplina de História é frequentemente alvo de monitoramento e intervenção em comparação com outras áreas do conhecimento.

Em 2017, a Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, mais conhecida como Reforma do ensino médio, provocou mudanças nesta etapa da Educação Básica, como o aumento de carga horária visando o ensino de tempo integral e a inserção dos itinerários formativos. Vale destacar que foi tramitada com urgência no Congresso Nacional, entre o final de 2016 e início de 2017, durante o governo de Michel Temer.

Dentre as várias mudanças, temos que História, Geografia, Filosofia e Sociologia são eletivas, ou seja, é o estudante que irá escolher cursar ou não a área de Ciências Humanas e Sociais. Além disso, os livros e conteúdos serão semestrais e não sequenciais, no caso da disciplina de História, não seguirá uma periodização linear: Pré-História à Idade Contemporânea. A ideia é que o estudante ao escolher as disciplinas que deseja cursar no semestre não fique prejudicado por não ter tido um conteúdo anterior necessário, eles serão um bloco fechado, sem continuidade. A prioridade nesse Novo Ensino Médio, são as competências e habilidades que valem indistintamente para História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

A partir do exposto sobre a disciplina de História, o tópico a seguir apresentará a relação dessa disciplina com os temas gênero e sexualidade.

2.2.1 Ensino de História relacionado ao gênero e à sexualidade

Gênero, sexualidade e todas as identidades como mencionado em tópicos anteriores, vêm sendo estudados e vistos como construções sociais, incluindo a heterossexualidade. No âmbito da História têm sido abordados com essa mesma perspectiva no que se refere ao currículo e ao seu trato em sala de aula (VERVLOET, 2020) em debates na Associação Nacional de História (ANPUH), no Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História (ENPEH) e no Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História.

Porém, apesar dessas discussões estarem presentes em grandes eventos, há um consenso entre muitos autores como Vervloet (2020), Silva e Ferreira (2020), Castro *et. al* (2019) de que a falta do debate sobre o gênero e sexualidade na BNCC, faz com que as escolas muitas vezes trabalhem em suas disciplinas com as referidas categorias, mas com dificuldades em localizar as discussões ou dar visibilidade em seus planos de ensino e propostas curriculares (CASTRO *et. al*, 2019), visto que há um silenciamento no documento base que rege a educação do país. Em concordância com os autores, Souza (2020) argumenta que a ausência da do gênero e sexualidade na BNCC, representa um grande obstáculo no trabalho com a temática no ensino básico, uma vez que necessita de uma grande mobilização por parte de professores que se dispõem a investir em atividades voltadas para esse assunto.

Vervloet e Regine Bitte (2020) salientam que a sexualidade e o gênero precisam ser alvo de discussões e inserções nas propostas curriculares e, também, na formação dos profissionais da educação, visto que a falta delas implica em noções que podem limitar as concepções de gênero e de sexualidade no ambiente escolar. Além disso, pode fazer com que os educadores se distanciem de uma perspectiva acadêmica, que fundamenta o que se ensina na escola, se distanciando também, das formas de resolver as desigualdades nesse espaço.

O processo histórico que legitima as normatizações e padrões de comportamentos entre homens e mulheres, acarreta na sociedade, diferentes estigmas para aquelas pessoas que não se enquadram no modelo cis-heteronormativo¹⁰ (VERVLOET; BITTE, 2020). Por isso, o ensino de História pode ser utilizado como forma de desconstruir, reconstruir e debater a lógica sexista que se vive no ambiente escolar, a partir da problematização de questões referentes à sexualidade e ao gênero (VERVLOET; BITTE, 2020).

Existem desafios para serem enfrentados pelos professores de História para inserir em suas aulas essas categorias, posto que é preciso modificar a ordem vigente, historicamente, no currículo oficial. Segundo Fernando Seffner (2021) pensar em uma aula de História que abarque inúmeras vozes, situações e marcadores é um grande desafio para os professores. Para o autor, é importante conectar o ensino de História, a educação em gênero e sexualidade e a educação em e para os direitos humanos, com o objetivo de promover a equidade de gênero e enfrentar as desigualdades de gênero e homofobia. Porém, Seffner (2021) alerta para o perigo de cair em um essencialismo ao articular a narrativa histórica apenas em torno das relações de gênero e

¹⁰ “A cis heteronormatividade é a ideia de uma construção de uma sociedade onde a norma é que todos os corpos se desenvolvam para se tornarem cisgênero e heterossexuais. Nenhum corpo de homem, por assim dizer, se desvie dos atributos que aquela sociedade desempenhou para a masculinidade”. (HUNT, Rita Von. apud MIRANDA, Nathalia. 2021. AMARO Inspire. Disponível em: <https://22dj.short.gy/LA9ZZD>. Acesso em: 28 jul. 2023).

sexualidade, sem considerar outros marcadores sociais importantes, como raça, classe e orientação social. Ele pontua que a preocupação em situar homens e mulheres nas estruturas de raça e classe amplia o campo de variação e evidencia a complexidade das relações de poder que ocorrem em interações entre esses marcadores e enfatiza que a identidade é sempre instável em relação com outros marcadores sociais, e que essas interações são fundamentais para entender a posição de sujeito no contexto histórico.

Juliano Bezerra de Menezes Barreto (2020) salienta que no ensino de História e no ambiente escolar no geral existem menções sobre gênero, principalmente sobre a luta das mulheres por direitos, mas que “existe uma invisibilidade das expressões sexuais e de gênero LGBTQIA+” (BARRETO, 2020, p. 200), o que evidencia desinformações sobre o tema.

Enfim, é válido destacar que, em torno das questões de gênero e sexualidade, há um leque de possibilidades que podem ser utilizados em uma aula de História, sendo o mesmo abrangente podendo ser trabalhados inúmeros temas indispensáveis para provocar a reflexão em torno da realidade em que os estudantes vivem.

No tópico a seguir será abordado sobre as metodologias que existem ou podem ser utilizadas no ensino de História.

2.3 Metodologias do Ensino de História

A didática e a metodologia do ensino e da aprendizagem se tornaram preocupações, segundo Graciela Márcia Fochi (2015), mais aprofundadas na área da educação, incluindo o ensino de História, a partir dos anos de 1980 e 1990. Nesse período, houve um movimento de renovação pedagógica em todo o campo educacional, e a História da educação e a reflexão sobre práticas de ensino ganharam mais espaço no debate acadêmico e nas políticas educacionais.

Antes desse período, muitas vezes, o ensino de História seguia uma abordagem mais tradicional e memorística, com foco na transmissão de conteúdos prontos e acabados, sem estimular o pensamento crítico e a participação ativa dos estudantes. As metodologias utilizadas eram, em sua maioria, centradas no professor, deixando pouco espaço para a interação e a construção do conhecimento pelos alunos.

A partir dos anos 1980 e 1990, no entanto, houve uma mudança significativa nesse cenário. A História da educação passou a considerar as teorias de aprendizagem, as abordagens

pedagógicas e as pesquisas em psicologia cognitiva e sociologia da educação. Essa mudança de perspectiva levou a um maior interesse na aplicação de métodos mais participativos, interativos e reflexivos no ensino de História.

No ponto de vista historiográfico foi quando se deu a inclusão de novas problemáticas e temáticas de estudo, sensibilizados por questões ligadas à história social, cultural e do cotidiano, sugerindo possibilidades de rever no ensino fundamental o formalismo da abordagem histórica tradicional. Introduziu-se a chamada História Crítica, pretendendo desenvolver com os alunos atitudes intelectuais de desmistificação das ideologias, possibilitando a análise das manipulações dos meios de comunicação de massas e da sociedade de consumo (FOCHI, 2015, p. 53).

Dessa forma, os métodos tradicionais de ensino, os livros didáticos, os textos simplificados, textos com ideologias, testes e exercícios sem exigência de raciocínio passaram a ser mais questionados (FOCHI, 2015).

Para a autora Circe Bittencourt (2008), as mudanças na didática e na metodologia aconteceram com as inovações nas técnicas educacionais, no decorrer dos anos de 1970, que eram tidas como técnicas de ensino inovadoras, em que o uso do audiovisual para as áreas das ciências humanas cresceram, com a introdução do computador, por exemplo. Porém, a autora salienta que é necessário entender o que seria os métodos tradicionais para compreender o que são os inovadores.

O método tradicional se fundamenta no pensamento de que ensinar é transmitir um conhecimento e que aprender é repetir esses conhecimentos da forma como foi transmitido, sustentando a ideia de que o estudante não possui nenhum saber sobre aquilo que está sendo apresentado como objeto de ensino (BITTENCOURT, 2008). Para a autora isso explica o porquê é possível utilizar uma tecnologia junto ao método tradicional, uma vez que o emprego do uso do computador para muitos educadores teria a finalidade apenas de facilitar a transmissão do conhecimento, ou seja, “renova-se o instrumento, mas fica mantido o método tradicional, ao consolidar a noção de que o saber histórico significa apenas a absorção do que foi transmitido” (BITTENCOURT, 2008. p. 230).

Dessa forma, métodos inovadores seriam aqueles que conseguem contribuir para o desenvolvimento pessoal e social do estudante a partir da sua participação ativa nas aulas, com metodologias como o ensino pela descoberta e análise crítica de fontes, estudo independente, trabalhos centrados em problemas (PROENÇA, 1999), além de outras como as abordagens:

- Cronológica: nesta metodologia, os eventos históricos são apresentados em ordem cronológica, começando pelos eventos mais antigos e avançando até os mais recentes.
- Temática: nesta metodologia, os eventos históricos são agrupados por tema, como guerra, política, economia, arte, etc.
- Narrativa: nesta metodologia, a História é contada através de uma narrativa, utilizando personagens, diálogos e outros elementos de uma História bem contada.
- De análise: nesta metodologia, os eventos históricos são analisados de forma crítica, examinando as causas, consequências e implicações de cada evento.
- Multimodal: nesta metodologia, são utilizados vários modos de aprendizagem, como leitura, escrita, discussão, atividades práticas e outros.
- Interdisciplinar: nesta metodologia, a História é abordada através da integração com outras disciplinas, como ciências, matemática, arte, etc.

É importante lembrar que cada metodologia tem seus próprios pontos fortes e fracos, e que o ensino de História pode ser mais eficaz quando várias metodologias são utilizadas em conjunto.

Entre as possibilidades de uso em uma aula de História são as tecnologias, podendo ser citados os Recursos Educacionais Digitais (REDs), o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)¹¹, a Realidade Aumentada (RA)¹², entre outros. E as metodologias da mesma forma, podem ser a aprendizagem por problemas, o pensamento computacional, a educação *maker* e a gamificação, todos interligados com as tecnologias (BRASIL, 2018).

2.3.1 Recursos Educacionais Digitais no Ensino de História

Como a proposta deste trabalho é elaborar Recursos Educacionais Digitais, será dada maior atenção para essa ferramenta. Os Recursos Educacionais Digitais, também conhecidos

¹¹ “[...] sistema ou software que viabiliza o ensino a distância, reunindo todo o conteúdo necessário para o desenvolvimento das disciplinas. O Ambiente Virtual de Aprendizagem apresenta tecnologias educacionais que permitem que alunos e professores interajam virtualmente, realizem avaliações de acordo com o calendário da instituição, assistam aulas de forma síncrona ou assíncrona, acompanhem o desempenho individual no curso, dentre outras funcionalidades”. (Faculdades EaD. O que é AVA? **Conheça o Ambiente Virtual de Aprendizagem**. Disponível em: <https://www.ead.com.br/blog/o-que-e-ava>. Acesso em: 25 nov. 2022.)

¹² “Combinação de elementos de um ambiente real com outros elementos, de um ambiente virtual, que são criados em três dimensões, a partir da leitura de marcadores por uma webcam”. (BRASIL, 2018, p. 43).

como Objetos Digitais de Aprendizagem (ODA), são ferramentas que podem ser utilizadas no ambiente educacional, independentemente do formato (texto, imagens, vídeos, áudios, páginas *web*, conteúdo multimídia, etc.), do público e das finalidades (em diferentes níveis de ensino), do tamanho (lições, aulas completas, capítulos, livros, etc.), do tipo (simulações, jogos, tutoriais, etc.), da plataforma (*tablets*, celulares, etc.), das licenças e condições de uso (pagos, abertos e adaptáveis, fechados, etc.) e das temáticas ou disciplinas abordadas (BRASIL, 2018).

Em vista dessa gama de recursos o YouTube, plataforma colaborativa de *streaming*¹³ de vídeo (BURGESS; GREEN, 2009) foi escolhida pela sua facilidade de acesso e interação entre os usuários¹⁴ para ser o depósito dos vídeos que serão elaborados, bem como do guia didático pedagógico. Além disso, a linguagem (vídeo) apresentada nesse espaço é diferente do modelo tradicional, uma vez que os alunos já estão familiarizados com as redes sociais (PATRÍCIO; GONÇALVES, 2010), o que pode auxiliar os professores a ampliar a capacidade de suscitar debates e oferecer elementos que contribuam para que estudantes reflitam criticamente (MENDES, 2018).

Com esse recurso, é possível que o professor assuma o caráter de mediador e o estudante de sujeito ativo dentro do processo de ensino aprendizagem (AUDINO; NASCIMENTO, 2010), além de ser um aliado, se bem produzido, à educação inclusiva.

¹³ Onde se pode assistir em tempo real, sem a necessidade de fazer download.

¹⁴ “95% da população brasileira tem acesso ao Youtube; 96% daqueles que acessam o site são jovens; 96% acessam o site todos os dias; 50% interagem com os vídeos através de comentários ou mesmo avaliando o conteúdo exibido, gerando altos níveis de interação com a plataforma” (CIRIACO, Douglas. Tecmundo. **YouTube é acessado por 95% população online brasileira, mostra relatório**. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/119776-youtube-insights-brasil.htm>. Acesso em: 20 jun. 2022.)

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar as possíveis contribuições do YouTube para a abordagem de gênero e sexualidade no ensino de História no ensino médio e propor a produção de recursos educacionais digitais.

3.2 Objetivos Específicos

- Identificar se o YouTube possui potencialidades em relação ao ensino de História relacionado ao gênero e à sexualidade;
- Analisar o conhecimento dos professores de História do ensino médio de todas as escolas públicas que ofertem o ensino médio, da cidade de Pires do Rio/GO em relação ao gênero e a sexualidade no ensino de História;
- Produzir vídeos e criar um canal no YouTube sobre gênero e sexualidade relacionado ao ensino de História e elaborar um guia didático elencando os recursos que foram criados, para auxiliar os professores.

4. MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa foi delineada pela abordagem qualitativa envolvendo a obtenção de dados descritivos obtidos do contato da pesquisadora com a situação estudada, enfatizando mais o processo do que o produto e retratando a perspectiva dos participantes (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Isto é, se preocupa mais com os aspectos da realidade que não são quantificáveis e entende que todos os dados da realidade são importantes.

Além disso, o material obtido na pesquisa qualitativa é predominantemente descritivo, sendo rico, segundo Lüdke e André (2018), em descrições de pessoas, situações, acontecimentos, além de incluir a transcrição de entrevistas e depoimentos. Por isso, a pesquisa foi, quanto aos seus objetivos, de caráter descritiva, em que pretendeu descrever os fenômenos e fatos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Uma das principais características da pesquisa descritiva é a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, que nesta pesquisa foi a entrevista. A vantagem da entrevista sobre as demais técnicas “é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” (LÜDKE; ANDRÉ, 2018, p. 39). Também, permite que o assunto a ser pesquisado possa ser melhor explorado, o que não ocorre com o questionário, por exemplo, que tem um alcance mais superficial.

Assim, a referida pesquisa qualitativa foi dividida em quatro etapas principais: 1) levantamento de dados no Youtube; 2) Recrutamento dos participantes da pesquisa; 3) Instrumentos de coleta de dados; 4) Análise dos dados.

4.1 Levantamento de dados no YouTube

Com o objetivo de identificar as potencialidades do YouTube em relação ao ensino de História quanto ao gênero e a sexualidade, foi realizado um levantamento de vídeos entre os anos de 2005 e 2022¹⁵, visando selecionar quantos vídeos foram publicados entre esses anos que abordaram a temática citada no ensino de História.

¹⁵O recorte temporal justifica-se por 2005 ser o ano de fundação do YouTube.

Para esse levantamento, foi utilizada a *string* de busca (“gênero e sexualidade” OR “sexualidade” OR “gênero”) AND (“ensino de história”) dentro da plataforma do YouTube. A realização dessa busca foi necessária para mensurar se existiam ou não vídeos específicos sobre o tema mencionado acima.

4.2. Recrutamento

A realização das entrevistas teve como objetivo analisar os conhecimentos dos professores de História do ensino médio de Pires do Rio no que diz respeito ao gênero e a sexualidade e o ensino de História.

A busca por esses professores se deu junto à Coordenação Regional de Educação de Pires do Rio, onde foram estimados 10 professores, estes, distribuídos entre 04 escolas do município.

Porém, é de suma importância relatar que ao visitar as escolas e apresentar o tema da pesquisa para a coordenação pedagógica bem como contatar os professores, em 02 delas houve bastante resistência da parte gestora e dos próprios professores.

A primeira escola visitada foi a A¹⁶ no mês de maio de 2022. Na ocasião foi informado à coordenação pedagógica sobre o tema da pesquisa, seus objetivos e a mesma, foi muito solícita em apresentar a professora de História P1¹⁷, a única que ministrava aula nas turmas do ensino médio e que no mesmo dia marcou a data para a entrevista.

A escola B, por ter recebido a pesquisadora no ano de 2021 para um projeto de intervenção relacionado com esta pesquisa para a disciplina de Prática de Estágio Supervisionado, foi muito receptiva, elogiando a proposta. Na ocasião, a professora de História P2, a única professora do ensino médio passou seu contato e disse estar disposta a fazer a entrevista. No presente ano, apenas foi necessário entrar em contato com a professora pelo WhatsApp, onde a mesma marcou a entrevista.

A terceira escola a ser visitada foi a C. Os mesmos procedimentos anteriores foram feitos e a coordenação pedagógica apresentou às 02 professoras. A professora P3, no momento em que a pesquisadora entregou o Termo de Consentimento para a mesma fazer a leitura e

¹⁶ As escolas serão identificadas por letras do alfabeto, devido à ética da pesquisa.

¹⁷ Da mesma forma da escola, o nome das(os) professoras(es) serão identificadas(os) pelas letras do alfabeto, para manter a ética da pesquisa.

começou a explicar sobre a proposta da entrevista, disse que “Jamais participaria de uma pesquisa com um tema desses” (Professora P3) e saiu da sala sem dar maiores explicações. Já a professora P4, não leu o termo, mas ouviu a explicação, porém, pode-se perceber que não era um assunto que a mesma se sentia à vontade em falar. Ela pediu que a pesquisadora entrasse em contato com ela pelo WhatsApp, pois pensaria se participaria ou não. Obedecendo aos prazos propostos pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), depois de 04 dias ela foi contatada novamente, não obtendo respostas. A pesquisadora, assim, esteve na escola mais 02 vezes para falar com a mesma e na segunda vez obteve resposta, marcando a entrevista.

A última escola a ser visitada foi a escola D. Na visita, a coordenação pedagógica informou que haviam 02 professores de História que lecionavam no ensino médio, porém, que pelo assunto da pesquisa somente um deles participaria e que era para a pesquisadora conversar apenas com ele. Pediram para retornar no dia seguinte para falar com esse professor, o que foi feito, porém, não foi permitida a entrada da pesquisadora nas dependências da escola. Mais uma tentativa foi feita e nesta, com muito custo, permitiram a pesquisadora conversar com o professor P5. O mesmo se disse disposto a participar da pesquisa, pois o tema o interessava, porém, não passou nenhum contato e disse que falaria com a pesquisadora, o que nunca foi feito. Passados 4 dias, a pesquisadora foi até a escola novamente e não permitiram a entrada da mesma. Dessa forma, não se teve retorno algum da escola D.

Assim, de 10 professores estimados a participarem, apenas 03 (P1, P2 e P4) se mostraram dispostos a colaborar com a pesquisa.

É relevante mencionar que Pires do Rio é uma cidade localizada no interior de Goiás, situada a aproximadamente 146 km da capital, Goiânia. De acordo com os dados do censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município é de 32.375 habitantes. Em virtude de ser uma cidade do interior, é compreensível que exista uma certa resistência por parte das pessoas em debaterem abertamente sobre o tema em questão. Essa resistência pode ser influenciada por fatores culturais, sociais e até mesmo por questões relacionadas à educação e conscientização sobre o assunto.

4.3. Instrumento de coletas de dados

Com relação aos procedimentos de coleta de dados, foram realizadas entrevistas de caráter semi-estruturado e confeccionado um roteiro com perguntas principais, que foram sendo

complementadas no seu decorrer, não estando condicionada a uma padronização rígida (MANZINI, 1990/1991).

Este tipo de entrevista fez com que as informações fluíssem mais livremente. Deixar o entrevistado mais à vontade ao responder as perguntas foi essencial especialmente nesta pesquisa em que o tema pode ser um tabu para tantas pessoas.

Dessa forma, foi utilizado um roteiro para guiar a entrevista com os professores através dos principais tópicos a serem cobertos: utilização do YouTube em aula e/ou para o preparo delas; o que eles entendiam por diversidade sexual e de gênero¹⁸; se temas como estes são ou não discutidos em suas aulas de História; se discutem, qual a importância e como são feitas essas discussões; caso não haja essas discussões, o porquê; se gostariam e/ou precisariam de um suporte didático para o auxílio no trabalho com o tema; o que seria importante de ser abordado nos vídeos sobre os temas, entre outras. A relevância em ter essas respostas é que, a partir delas pode ser compreendido o que esses professores desejavam ou não para suas aulas, se essas eram temáticas pertinentes para eles, uma vez que a Base Nacional Comum Curricular não traz especificamente tais temas em suas competências. As respostas também foram imprescindíveis para a criação do produto educacional gerado com a pesquisa.

No decorrer da entrevista foram feitas anotações e também a gravação, pois esta “tem a vantagem de registrar todas as expressões orais, imediatamente, deixando o entrevistador livre para prestar toda a sua atenção ao entrevistado” (LÜDKE; ANDRÉ, 2018, p. 43). Mas, houve uma desvantagem, pois a gravação registrou apenas o áudio, deixando de lado as expressões faciais, os gestos, as mudanças de postura. Por ser algo que pode ser constrangedor para algumas pessoas apenas uma professora permitiu a gravação em áudio da entrevista. Por isso foi necessário ao final de cada entrevista que a pesquisadora anotasse os claros deixados nas anotações enquanto sua memória ainda estava quente, para não perder, segundo Lüdke e André (2018) aspectos importantes da entrevista.

4.4. Análise dos dados coletados

¹⁸ Um adendo: será possível perceber ao longo da dissertação que é utilizado o termo diversidade sexual nas entrevistas com as participantes desta pesquisa. Isso se deu devido a uma confusão de termos ao preparar a entrevista para as professoras.

Realizadas as foi preciso proceder com as transcrições das gravações, uma tarefa laboriosa que resultou em um material ainda bastante bruto e não refinado, visto que foi preciso comparar o material com a gravação e as anotações, estabelecendo quais informações eram mais cruciais (LÜDKE; ANDRÉ, 2018).

Nesse primeiro momento foi possível ter uma ideia das direções teóricas do estudo e assim, foi possível fazer a análise do material. Esta análise foi realizada pautada na Análise de Conteúdo de Bardin (1977) uma forma de encontrar o que estava oculto nas palavras, nas “entrelinhas” de maneira a compreender diferentes realidades por meio das mensagens. De acordo com a autora, a análise de conteúdo é o desvendar crítico.

Para se chegar a este desvendar crítico, Bardin (1977) apresenta alguns critérios a serem seguidos em uma análise: pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na pré-análise, o material foi organizado de forma a compor o corpus da pesquisa:

Escolhem-se os documentos, formulam-se hipóteses e elaboram-se indicadores que norteiem a interpretação final, porém é fundamental observar algumas regras: (i) exaustividade, sugere-se esgotar todo o assunto sem omissão de nenhuma parte; (ii) representatividade, preocupa-se com amostras que representem o universo; (iii) homogeneidade, nesse caso os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem coletados por meio de técnicas iguais e indivíduos semelhantes; (iv) pertinência, é necessário que os documentos sejam adaptados aos objetivos da pesquisa; e (v) exclusividade, um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria. (SANTOS, 2012, p. 385).

Neste contato inicial, chamado por Bardin (1977) de “leitura flutuante” foi a fase que foram elaboradas as hipóteses e objetivos da pesquisa. A autora recomenda que após essa leitura, seja escolhido um índice organizado em indicadores, para que ao final do momento de exploração do material os dados possam ser codificados, processo em que os dados são transformados e agregados em unidades (SANTOS, 2012).

O processo de codificação foi o recorte que se deu na pesquisa, restringindo-se à escolha de unidades de registro (SANTOS, 2012), que é uma unidade a se codificar, podendo ser um tema, uma palavra ou uma frase (BARDIN, 1977). Nesta pesquisa, as unidades a se codificar foram temas, divididos em dois grupos: Ensino de História e Diversidade Sexual e de Gênero.

Na fase de tratamento dos resultados Bardin (1977) se ocupa em trabalhar com assuntos relacionados ao tópico inferência, que é orientada por pólos de comunicação (emissor,

receptor, mensagem e canal)¹⁹. A partir desses pólos foi possível descobrir novos temas e dados. Bardin (1977) também coloca que, nesta fase, configura-se a temática da proposição, que é um enunciado baseado em dados, destacando que, diferentemente dos conceitos, as proposições podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas, mesmo que o pesquisador não possa demonstrá-las. Essas proposições derivam de um estudo mais cuidadoso e aprofundado dos dados, enfatizando a importância de análises rigorosas e precisas para o avanço do conhecimento em uma determinada área (SANTOS, 2012).

A imagem abaixo exemplifica as etapas da pesquisa.

IMAGEM 1 – DESENHO METODOLÓGICO: ETAPAS DA PESQUISA.



FONTE: A autora (2023).

¹⁹ “Emissor: produz a mensagem e pode ser um indivíduo ou grupo; receptor: pode ser um indivíduo, que recebe a mensagem e estuda sobre a que ela se destina; mensagem: é o ponto de partida da análise, onde estuda-se o conteúdo, significado, significantes, código e significação; canal: serve mais como procedimento experimental do que para análise de conteúdo” (SANTOS, 2012, p. 386 adaptado dos estudos de BARDIN, 2011).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Levantamento de dados do YouTube

O YouTube é uma ferramenta útil, segundo Wim Venn e Ben Vrakking (2009) na transição da escola tradicional para a escola moderna, uma vez que a fonte de conhecimento não se limita somente ao espaço físico abarcando um leque de possibilidades. Ou seja, é possível utilizá-lo tanto no ambiente escolar no decorrer das aulas apresentando um vídeo, quanto em casa, sugerindo aos alunos que pesquisem por determinado vídeo ou mesmo assistam um vídeo que o próprio professor produziu e publicou na plataforma.

Além disso, por se tratar de uma linguagem midiática (TERUYA, 2009), o YouTube também pode ser um mediador do conhecimento e do processo de ensino aprendizagem uma vez que atrai a atenção dos alunos e os ajudam a estudar (MARCELINO; DAVID, 2019).

Levando em consideração esses apontamentos e indo além das possibilidades, pode-se listar as razões pelas quais o YouTube pode ser útil na sala de aula:

1 - Acessibilidade: O YouTube é acessível a quase todos, já que é gratuito e pode ser acessado a partir de qualquer dispositivo com conexão à Internet. Isso significa que os alunos podem acessar os vídeos em casa, na escola ou em qualquer outro lugar.

2 - Recursos visuais: Os vídeos no YouTube são excelentes recursos visuais, o que pode ser útil para explicar conceitos complexos de maneira clara e concisa. Além disso, os vídeos podem ser mais atraentes para os alunos do que o texto escrito, o que pode ajudar a aumentar a participação e o interesse pelo assunto. (MARCELINO; DAVID, 2019).

3 - Variedade de conteúdo: O YouTube oferece uma ampla variedade de vídeos sobre praticamente qualquer assunto, o que significa que os professores podem encontrar vídeos para complementar qualquer currículo. Além disso, os vídeos podem ser produzidos por diferentes fontes, o que pode fornecer diferentes perspectivas e enriquecer o diálogo na sala de aula.

4 - Facilidade de uso: O YouTube é fácil de usar e os professores podem facilmente selecionar e compartilhar vídeos com os alunos usando uma variedade de dispositivos, como *smartphones*, *tablets* e computadores. Além disso, os vídeos podem ser facilmente incorporados em apresentações de *slides* ou em páginas da *web*, o que pode tornar o ensino mais interativo e dinâmico.

No entanto, é importante lembrar que o YouTube também pode ser um distrator e os professores devem tomar medidas para garantir que os estudantes estejam focados no conteúdo do vídeo e não apenas na plataforma em si. Além disso, é importante que os professores verifiquem a qualidade e a precisão dos vídeos selecionados e que orientem os estudantes sobre como avaliar criticamente o conteúdo encontrado na Internet, pois só assim o estará utilizando com toda sua potencialidade.

A partir das observações acima, foi realizada uma busca por vídeos que foram publicados entre os anos de 2005 e 2022 que abordem o gênero e a sexualidade no ensino de História, utilizando a *string* de busca mencionada anteriormente.

Com a realização da busca, o YouTube apresentou uma extensa lista de vídeos, tornando-se necessário utilizar o filtro “relevância” disponível na plataforma. Foram selecionados os 50 primeiros resultados e organizados no quadro 1, de acordo com a ordem de relevância atribuída pelo YouTube. O quadro inclui informações sobre cada vídeo, como sua duração, número de visualizações, número de *likes* (curtidas) e o ano de publicação.

QUADRO 1 – VÍDEOS ENCONTRADOS.

Nº	Título do Vídeo	Duração	Visualizações	Likes	Ano de Publicação
01	Ensino de História e Relações de Gênero (Associação Nacional de História – Anpuh Brasil)	2:27:30	1.400	195	2021
02	Gênero, sexualidade e ensino de História sob ataques (Programa de Pós-Graduação em História da UDESC)	1:51:54	75	02	2022
03	Gênero, sexualidade e ensino de História: é possível uma escola igualitária em tempos difíceis? (ABEH Associação Brasileira de Ensino de História)	1:40:52	410	64	2021
04	Bate papo com Fernando Seffner – O ensino de História e as disputas em gênero e sexualidade no contemporâneo (LAPEHIS UFVJM)	1:51:11	873	90	2020
05	Violência contra mulheres nos livros didáticos: o ensino de História como tecnologia de gênero (Valeska Zanello)	34:26	5.100	614	2020

06	Currículo, Gênero e Sexualidade (Gabriela Souza)	11:40	288	08	2022
07	Como surgiu a sexualidade? (Historiar-se)	13:00	333	59	2021
08	Os estudos de gênero e o ensino de História (LAPEH)	1:41:36	303	29	2020
09	Lançamento do livro “Gênero, Sexualidades e Relações Étnico-Raciais: Um Guia Para o Ensino de História” (ANPUH Brasil)	46:34	328	51	2022
10	Abertura: História dos estudos de gênero e sexualidade na geografia brasileira (PPGH-USP)	1:39:27	481	86	2021
11	ST 12 – Ensino de História e relações étnico-raciais e de gênero (ANPUH – AM)	2:30:25	94	3	2020
12	Conversa com as autoras: História de gênero (Gênero e História)	17:58	214	12	2020
13	Caminhos Historiográficos e as questões de gênero e sexualidade na contemporaneidade. (Professor Victor Hugo)	1:41:39	851	146	2021
14	Sexualidades na historiografia e no ensino de História (ANPUH Brasil)	1:41:47	710	113	2021
15	Gênero, violência e ensino de História e diálogos para o ensino de História (Marlena Flor)	2:12:02	160	22	2022
16	XXII Semana de História-Mesa 2: Direitos Humanos e Ensino de História: Gênero, Sexualidade, Raça e Etnia (Hudson Siqueira Amaro)	3:11:44	92	7	2019
17	CMD 2022 – Mesa: Gênero e Sexualidade na Educação (Movimentos Docentes)	1:04:20	466	84	2022
18	História das Relações de Gênero, de Peter N. Stearns (Leitura ObrigaHistória)	4:46	4.100	403	2017
19	Entrevista com Stella Franco: “Mulheres e gênero da História” (Revista de História USP)	59:54	385	32	2020

20	Gênero na BNCC: como fica a questão no ensino de História? (Vanessa Generoso Paes)	1:32:17	94	10	2022
21	Aula 03: Relações de Gênero como categoria transversal – Curso de História UFSM (Pró-Reitoria de Extensão UFSM)	55:46	730	60	2020
22	Quem é Joan W. Scott? (Leitura Obrigatória HISTÓRIA)	4:13	13.000	817	2017
23	ST08 – Ensino de História, gênero e diversidade étnico-racial (ANPUH DF)	4:02:21	335	40	2020
24	Gênero e orientação sexual na BNCC (Professor Cesar Rodrigues)	5:54	1.200	92	2019
25	Aula 01 – Gênero uma categoria útil de análise histórica (Angélica Aparecida Antonechen Colombo)	20:16	557	35	2022
26	Pânico Moral, Ideologia de Gênero e as questões de gênero e sexualidade (TV UFBA)	4:27	668	41	2020
27	Gênero(s) Ensino de História e Medievalidade(s): notas sobre usos do passado – Marcelo Pereira Lima (Translatio Studi)	1:22:36	694	60	2020
28	Relações Étnico-Raciais, Gênero e Sexualidades: perspectivas interseccionais (Anunciar: tempo de cuidar, aprender e transformar)	1:59:29	790	62	2022
29	Como se defender das censuras ao debate de gênero, sexualidade e raça nas escolas? (Portal Catarinas)	1:11:01	313	59	2022
30	Saúde mental e dispositivos de gênero – Valeska Zanello (GP Direito, Cidadania & Políticas Públicas (UNISC)	1:08:42	915	91	2022
31	Intersexuais: Mulher? Homem? Nenhum dos dois? Pergunte a El@s! (Ensino de História Gênero e Diversidade na Escola)	9:54	1.700	80	2017
32	Discutindo Gênero (Luiz Fernando Martins)	59:37	33	0	2021

33	Educação nas Relações Étnico-Raciais - Pedagogia para Concurso (Fabiana Firmino)	51:06	64.000	5.100	2022
34	ST "Educação democrática e ensino de História" no SNH 2019 (Fernando de Araujo Penna)	2:43	211	16	2019
35	Educação formal, mulheres e dispositivos de gênero: desafios (Valeska Zanello)	48:33	5.500	776	2020
36	Minha História, Relacionamentos e Identidade de gênero (ave'LAM)	8:17	1.200	149	2017
37	Acelere no ENEM - Raça, Etnia, Sexo e Gênero (Acelere ENEM)	45:32	519	59	2022
38	Aula 1: A abordagem da História das Mulheres (Pró-Reitoria de Extensão UFSM)	57:53	1.900	187	2021
39	Diversidade étnico racial e de gênero (PROAE UFU)	2:17	172	08	2021
40	Fundamentos e Práticas no Ensino de História – Os currículos prescritos e as culturas escolares (UNIVESP)	19:42	7.300	117	2021
41	Gestão Escolar para a Educação das Relações Étnico-Raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (Educação a Distância/Seed-PR)	15:27	344	4	2019
42	Educação das Relações Étnico-Raciais (Parte 01) (Professor Davi)	39:41	77.000	3.900	2019
43	Gênero e Diversidade na escola – Relações Étnico-Raciais (CIAR UFG)	12:10	45.000	694	2015
44	Cidadania e gênero no ensino de História: uma abordagem em redes sociais (Polo UAB Florianópolis)	1:48:32	446	49	2022
45	UFJF/SEMIC – “Reflexões sobre a mulher medieval nos livros didáticos do ensino médio” (Nicole Facioni)	4:20	1.200	588	2021
46	Jane Felipe de Souza e Ana Maria Colling. Diversidade, gênero e	1:44:28	28	05	2021

	sexualidade. (Especialização em Educação pela Pesquisa IFSul NH)				
47	UFSC Entrevista - Estudos de Gênero (1de3). (TV UFSC)	10:45	4.700	121	2014
48	História da Educação em Debate - História das mulheres, gênero e agências docentes com Alessandra Schueler (Gruphed Uesc)	2:24:40	573	45	2020
49	Diversidades - Diversidade Étnico-racial (Rede Anísio Teixeira)	4:32	133.000	3.600	2018
50	Os professores devem ou não abordar o tema sexualidade em sala de aula? (Revista Eduque)	3:11	1.000	15	2016

FONTE: A autora (2023).

Os vídeos 02, 03, 04, 09 e 16 são os únicos encontrados que ensinam sobre gênero e sexualidade no ensino de História, sendo palestras, bate-papo, mesas redondas, e tem entre 1 a 3 horas de duração cada um. Os vídeos em questão são predominantemente teóricos, envolvendo discussões relevantes que contam com a participação de figuras proeminentes na área, como o Professor Fernando Seffner. No entanto, apesar da relevância desses conteúdos, é possível observar que eles não alcançam um grande engajamento, como indicado pelos números modestos de curtidas e visualizações.

Essa falta de engajamento pode ser atribuída ao fato de que esses vídeos possuem características que podem não atrair a atenção de um amplo público. Sendo muito teóricos e utilizando uma linguagem acadêmica, podem ser percebidos como menos acessíveis para a audiência geral. Além disso, sua extensão mais longa²⁰ pode demandar um maior investimento de tempo por parte dos espectadores, o que também pode contribuir para uma menor visualização e interação com o conteúdo.

Referente ao tema de gênero e ensino de História, encontrou-se os vídeos 01, 05, 08, 11, 15, 19, 20, 23, 27, 44 e 48. A maioria desses vídeos possui uma duração significativa, variando de 1 a 4 horas, exceto por dois vídeos (05 e 19), que têm, respectivamente, 34 minutos e 26 segundos, e 59 minutos e 54 segundos. Esses conteúdos abrangem diferentes formatos,

²⁰ Segundo Rafael Carvalho da Edools, vídeos com menos de 10 minutos engajam até 27x mais. (CARVALHO, Rafael. Edools. Vídeos com menos de 10 minutos engajam até 27x mais. Disponível em: <https://www.edools.com/videos-com-menos-de-10-minutos/>. Acesso em: 01 dez. 2022).

como entrevistas, simpósios temáticos com apresentações de trabalhos, palestras e mesas redondas. Curiosamente, pode-se observar que, embora não seja uma regra, o vídeo 05, com apenas cerca de 35 minutos de duração, foi o que gerou o maior engajamento entre os mencionados. Esse vídeo acumulou um total de 5.100 visualizações e 614 curtidas, demonstrando que mesmo em um período mais curto, é possível alcançar um significativo interesse e interação do público.

Os outros vídeos listados exibiam as palavras-chave utilizadas na busca, porém, não se concentravam especificamente no tema de gênero e sexualidade no ensino de História. Em vez disso, esses conteúdos eram mais amplos, abordando o tema de forma geral ou se referindo ao campo da educação em vez do ensino de História em particular.

Além disso, é importante notar que os vídeos selecionados são predominantemente longos e teóricos, tornando-os menos adequados para serem utilizados pelo professor em sala de aula. Em vez disso, esses conteúdos seriam mais indicados para a formação e preparação do professor, auxiliando-o em seus estudos e aprofundamento no assunto.

Há, contudo, três exceções nos vídeos 06, 07 e 31, que, embora não sejam diretamente relacionados à área da História, poderiam ser considerados pelo professor caso ele julgue sua relevância para o tema em questão. Portanto, esses vídeos oferecem uma possibilidade de complementar o conteúdo e agregar diferentes perspectivas ao ensino, caso o docente assim deseje.

Foi observado que o engajamento dos vídeos, medido pelo número de visualizações e curtidas, não apresentou uma relação significativa com a duração dos mesmos. Em vez disso, o engajamento mostrou estar mais associado ao tamanho dos canais e, especialmente, aos temas abordados nos vídeos, assim como à forma como seus títulos e *thumbnails*²¹ foram elaborados para atrair a atenção dos espectadores. Além disso, a descrição e classificação dos vídeos também desempenham um papel importante, como indicado pela própria página²² de dicas para criadores de conteúdo.

Em última análise, o que realmente importa é que o vídeo seja de alta qualidade e ofereça um conteúdo interessante e relevante para o público-alvo. Se o vídeo for bem produzido e conseguir manter a atenção do público, ele tem a possibilidade de obter sucesso independentemente de sua duração. O que conta é a capacidade de atrair e envolver os espectadores com um bom conteúdo.

²¹ Miniatura do vídeo.

²² YOUTUBE, Ajuda. Receba dicas para criadores de conteúdo. Disponível em: <https://22dj.short.gy/Sqm0bi>. Acesso em: 02 dez. 2022.

5.2 Análise dos dados coletados

De forma geral, todas as professoras entrevistadas possuem mais de 10 e 20 anos de experiência em sala de aula, são graduadas em História e lecionaram e atualmente lecionam a referida disciplina, com curtos períodos de tempo em que deixaram a mesma ou mesclaram com outras disciplinas para complementar a carga horária²³.

Serão apresentados os dados relevantes a partir das entrevistas realizadas com as 03 professoras. Para isso, eles foram divididos em dois grandes grupos: Ensino de História e Diversidade Sexual e de Gênero.

5.2.1 Grupo - Ensino de História

As perguntas da entrevista no que diz respeito ao ensino de História, foram direcionadas aos procedimentos de ensino utilizados pelas professoras, ao uso do YouTube em suas aulas e para o preparo delas e sua preferência para a duração dos vídeos.

Dessa forma sobre os procedimentos de ensino, a professora P1 utiliza mapas mentais como uma estratégia de ensino eficaz porque permite trabalhar com causas, consequências e outros conceitos de maneira visual e diversificada. Além disso, ela menciona que, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é importante envolver os alunos na aprendizagem, o que ela faz usando quiz e games. A professora também destaca a importância de inovar constantemente e buscar novidades para manter o interesse dos alunos. A professora P2 menciona que mescla o uso de vídeos, aulas expositivas e outras estratégias em suas aulas e que trabalha com os alunos seminários, aulas invertidas, debates e trabalhos em duplas. Ela também menciona que a pandemia foi uma barreira para interagir com os alunos. Por fim, a professora P4 menciona que utiliza documentários, videoaulas, aulas expositivas-dialogadas, esquemas e filmes em suas aulas.

Quanto ao uso do YouTube, as professoras P1, P2 e P4 o usam em suas aulas, em especial videoaulas. A professora P1 menciona que gosta de usar o YouTube para ter acesso a novidades e conteúdo atualizado, mas que os vídeos disponíveis na plataforma não são sempre atualizados. As professoras P2 e P4 mencionam o uso dele como um complemento ou recurso

²³ Será disponibilizado um apêndice com a transcrição da entrevista na íntegra.

adicional em suas aulas. A professora P2 menciona que usa o YouTube para encontrar cursos extra para os alunos do ensino médio e a professora P4 menciona o canal "Aulas Paraná", que oferece videoaulas para diferentes níveis de ensino.

Enfim, no que se refere à duração dos vídeos, percebeu-se que as professoras P1, P2 e P4 usam vídeos, mas de forma diferente. A professora P1 menciona que seus alunos preferem vídeos curtos, mas não dá mais detalhes sobre como os utiliza. As professoras P2 e P4 mencionam que geralmente usam vídeos curtos, com duração de 8 a 10 minutos, mas a professora P2 menciona que pode usar vídeos mais longos dependendo do conteúdo. Parece que a professora P1 não é tão familiarizada com o uso de vídeos em sala de aula, enquanto as professoras P2 e P4 são mais experientes nesse sentido.

Como é possível perceber as professoras se preocupam com o uso de recursos que chamem a atenção dos alunos. O que mais se destaca, pelo número de recorrência da palavra nas respostas, são os vídeos/videoaulas, seguido de aulas expositivas. Tendo como foco o vídeo, que é o objetivo desta pesquisa, é importante mencionar que o mesmo pode ser um aliado do professor pois oferece grandes possibilidades pedagógicas. Porém, Nunes (2012) destaca a importância do uso do vídeo como recurso pedagógico e alerta que é fundamental que o educador esteja atento e tenha uma boa percepção do que o vídeo pode oferecer, a fim de enriquecer o trabalho em sala de aula. Isso inclui analisar criticamente tanto os aspectos positivos quanto negativos do vídeo, buscando extrair o máximo de aprendizado e relevância para o conteúdo que está sendo trabalhado.

5.2.2 Grupo - Diversidade Sexual e de Gênero

Neste grupo, as perguntas foram direcionadas ao entendimento das professoras sobre o tema e sua relação com o ensino de História, se elas discutem sobre o assunto em suas aulas e se já utilizaram ou assistiram algum vídeo da temática nas aulas ou para prepará-las.

Em relação ao entendimento do tema, a professora P1 afirma ter aprendido sobre a questão da orientação sexual e diz que a sociedade ainda não mudou apesar de ter muitas informações sobre o assunto. Ela também menciona que muitos professores não estão preparados para receber e orientar estudantes transgênero e que é preciso mudar a sociedade em geral para promover a equidade. Ela ainda argumenta que é preciso ter uma sociedade moral e com valores para ter uma política de equidade. A professora mencionou que a escola em que

trabalha teve um aluno que pediu para ser chamado por seu nome social e que a escola atendeu a esse pedido de acordo com uma portaria do Ministério da Educação²⁴. No entanto, como o aluno era menor de idade e ainda não tinha passado por um juiz, a escola criou um termo concedendo o direito de ser chamado pelo nome social. A Professora P2 relata que ela tenta abordar o tema de gênero e sexualidade em suas aulas, mas que há falta de materiais e recursos disponíveis para professores. A Professora P4 afirma que não consegue tratar do assunto em suas aulas devido à falta de suporte e que os alunos são até mais atentos do que os professores.

Inclusive, a opinião da Professora P2 está em consonância com o conteúdo encontrado no YouTube, conforme especificado no item 5.1. A maioria dos vídeos relacionados ao tema é de natureza teórica, compreendendo palestras, mesas redondas e outras formas de apresentações que costumam ter uma duração acima de 60 minutos. Isso significa que tais conteúdos podem ser assistidos pelo professor para enriquecer sua aula, caso haja disponibilidade de tempo. Entretanto, não são adequados para serem utilizados em uma aula típica de 50 minutos com alunos do ensino médio, que ainda não estão habituados a uma linguagem mais acadêmica.

No que diz respeito à discussão do tema nas aulas a Professora P1 relata ter discutido o tema do gênero em suas aulas devido a alguns alunos se sentirem agredidos e ter incentivado esses alunos a ensinar aos outros sobre tolerância e respeito. A Professora P2 menciona ter abordado o tema em suas aulas e ter realizado uma atividade em que os alunos homens se vestiram de mulher para trabalhar o respeito, mas que isso gerou reclamações de pais e assovios e comentários de outros alunos. A Professora P4 afirma que não discute o tema em suas aulas, mas que é preciso crescer em conhecimento sobre o assunto juntos.

Vale destacar que a diversidade de gênero e sexualidade é uma parte importante da História e deve ser incluída nos currículos de História para garantir uma representação mais justa e completa da sociedade, pois para Souza (2019, p. 08) “essa ausência por si só já representa um obstáculo significativo, pois demanda uma grande mobilização por parte dos professores que se dispõe a trabalhar com o assunto”. Além disso, a discussão desses temas pode ajudar a combater o preconceito e a discriminação baseados em gênero e orientação sexual, promovendo uma sociedade mais inclusiva e justa para todos. No entanto, é preciso ter em mente que os professores também enfrentam dificuldades em abordar esses temas, como a

²⁴ A Portaria citada é a de nº 33 de 17 de janeiro de 2018, que homologou o Parecer CNE/CP nº 14/2017, que “define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da Educação Básica do país, para alunos maiores de 18 anos [...] e no caso de estudantes menores de idade, a solicitação deve ser apresentada pelos seus representantes legais” (BRASIL, 2018, p. 02).

falta de suporte e de recursos para isso, como visto com as falas das professoras. É importante que os professores tenham acesso a formação continuada e recursos que os ajudem a incluir esses temas de maneira sensível e respeitosa em suas aulas.

Quanto à utilização de vídeos sobre a diversidade sexual e de gênero nas aulas ou para seu preparo, a professora P1 menciona ter intenção de organizar uma eletiva sobre diversidade, mas por ter sido escolhida para organizar outra eletiva, a fez adiar esse projeto. Ela destaca a necessidade de tratar a questão da violência e do respeito às pessoas trans e travestis, e mencionou ter encontrado informações sobre o assunto no YouTube, incluindo uma entrevista com Bruna Linzmeyer. A professora P2 relata ter assistido a vídeos sobre o assunto, especialmente sobre a questão de gênero, depoimentos de pessoas trans e preconceito. A professora P4 afirma não ter assistido a esses vídeos.

O medo da violência mencionado pela professora P1 pode ser traduzido em números. Segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia, no ano de 2021²⁵ “300 LGBTQ+ sofreram morte violenta no Brasil em 2021, 8% a mais do que no ano anterior: 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%)”.

Nota-se que raramente foi mencionado sobre a sexualidade, como se esta fosse algo à parte. E ainda que por mais que as professoras, exceto a P4 que deixou claro que não discute o assunto, tenham a preocupação de trabalhar com o tema em suas aulas, as mesmas não demonstraram entender a relação da História com a diversidade sexual e de gênero e que existem um leque de temas para se trabalhar dentro desse ensino. De acordo com Seffner (2021), há possibilidades de se trabalhar com a história do corpo e da sexualidade, incluindo temas como a história das mulheres, das reivindicações feministas, da virilidade, do casamento e do amor, da infância e adolescência, da educação física, dos esportes, da prostituição, das doenças sexualmente transmissíveis, dos métodos de evitação da gravidez, das relações homoeróticas, do movimento homossexual, da AIDS, dos travestismos, dos carnavais, das olimpíadas e das questões relacionadas ao gênero e identidade de atletas.

Assim, fica evidente a importância de se entender a história desses temas para compreender como as ideias e atitudes em relação ao corpo e à sexualidade foram moldadas ao longo do tempo e como isso influencia a sociedade atualmente. Trabalhar com a sexualidade e o gênero no ensino de História se faz necessário, pois, em primeiro lugar, a história das pessoas LGBTQIA+ tem sido muitas vezes ignorada ou excluída de narrativas históricas tradicionais, o

²⁵ GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – Relatório 2021**. Páginas 2-3. Disponível em: <https://22dj.short.gy/NMznBQ>. Acesso em: 19 out. 2022.

que leva a uma representação distorcida da realidade. Incluir essas perspectivas no ensino de História ajuda a fornecer uma imagem mais completa e precisa do passado e a promover a inclusão e o respeito à diversidade. Além disso, trabalhar com o gênero e a sexualidade pode ajudar a desconstruir estereótipos e preconceitos presentes na sociedade, promovendo uma maior compreensão e aceitação dessas comunidades.

Ademais, as perguntas finais da entrevista foram direcionadas para os produtos educacionais: se as professoras precisariam ou utilizariam um material didático para auxiliá-las com a temática nas aulas e se os vídeos bem como um guia didático seriam materiais que elas também poderiam utilizar.

Para a primeira questão, a professora P1 disse estar aberta a sugestões e afirma que toda ajuda é bem-vinda, pois a mesma está aprendendo sobre o assunto e está interessada em aprender mais. A professora P2 sugere que seria interessante fazer um material sobre diferenciação, pois existem alunos na escola que já se identificam como LGBTQIA+ e já fizeram cirurgias²⁶ de mudança de gênero. Ela sugere que esse material poderia incluir um vídeo sobre o que é gênero e o que é sexualidade. A professora P4 concorda com a ideia de incluir material sobre diferenças, afirmando que tudo que é diferente é bom para a construção de conhecimento e para conhecer a lei.

Na segunda questão, a professora P1 sugere que os vídeos devem ter no máximo 5 ou 6 minutos de duração e sugere atividades como cruzadinhas, mapas mentais, forca e caça-palavras para serem incluídos no guia didático. As professoras P2 e P4, afirmam ter total abertura para utilizar os materiais e destacam a importância de incluir recursos visuais, pois são os que os alunos gostam. As professoras, assim, demonstraram uma boa receptividade para os produtos educacionais.

²⁶ Importante destacar que, apesar da entrevistada ter mencionado sobre a cirurgia de redesignação sexual, ela é proibida para menores de idade. Acredita-se aqui que a entrevistada tenha confundido hormonização com cirurgia.

6. PRODUTO EDUCACIONAL

Os produtos educacionais são materiais criados como resultado da pesquisa e do ensino em uma instituição de ensino superior. Eles podem ser mídias educacionais, como vídeos e simulações, protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais, propostas de ensino, como sequências didáticas e atividades práticas, material textual, como manuais e guias, materiais interativos, como jogos e kits, atividades de extensão, como cursos de curta duração e palestras, aplicativos, eventos, como exposições científicas, programas de rádio e TV, relatórios de pesquisa, patentes e serviços técnicos (CAPES, 2016).

A presente pesquisa permitiu desenvolver um produto educacional voltado para o gênero e a sexualidade no ensino de História: a criação de um canal no YouTube intitulado História 10²⁷ onde foram publicados vídeos relacionados à temática e um Guia Didático Pedagógico chamado História 10: Gênero e Sexualidade no Ensino de História onde são elencados os vídeos produzidos, com sugestões de uso e atividades para os professores bem como indicações de documentários, filmes, livros, exemplos de figuras históricas LGBTQIA+ que podem ser incluídos nas aulas de História.

Um Guia Didático segundo Vasconcelos (2010) possibilita a ressignificação de conceitos e ajuda o professor a gerenciar seus conhecimentos. Ele pode ser compreendido como um material fonte de informações claras e objetivas que auxiliam na construção do conhecimento, ressignificação de conceitos e conquista de autonomia. Ele contém ideias, apontamentos, conteúdos, notas, dados e experiências individuais, coletivas, culturais, tecnológicas e ambientais que são influenciados pela interação entre conteúdo, sociedade e ambiente, incluindo a escola e a educação (RANGEL; DELCARRO; OLIVEIRA, 2019).

Visto isso, a opção por criar o guia foi a de complementar os vídeos pois imaginou-se antes das entrevistas com as professoras que mesmo que se produzissem os vídeos elas teriam dificuldades no que diz respeito à sua aplicação, o que posteriormente foi confirmado.

6.1 Descrição do Produto

6.1.1 Canal no YouTube

²⁷ Link para acessar o canal: https://www.youtube.com/@historia_10/featured.

O canal criado na plataforma do YouTube como mencionado anteriormente, tem como objetivo hospedar os vídeos que foram elaborados sobre gênero e sexualidade no ensino de História. Os vídeos foram narrados pela própria pesquisadora com uma linguagem fácil, acessível e ao mesmo tempo descontraída, com edição que mescla entre animações, imagens e cortes de vídeos e o apresentador, com duração de 10 minutos cada vídeo.

Na imagem 2 é apresentada a página do canal criado.

IMAGEM 2 – CANAL HISTÓRIA 10.



FONTE: A autora (2023).

Os vídeos publicados, inicialmente 3²⁸, foram organizados tendo em vista as Habilidades e Conteúdos das Ciências Humanas para o Ensino Médio, bem como o Documento Curricular para Goiás (DCGO²⁹) – Etapa Ensino Médio, que mais se aproximavam dos previstos na BNCC e DCGO, uma vez que os mesmos não contemplam, como mencionado nas páginas anteriores, o tema do gênero e sexualidade voltados ao ensino de História. O quadro a seguir especifica como ficou essa organização.

²⁸ Serão apenas 3 para a avaliação das professoras e validação da banca examinadora, porém, o canal continuará ativo e com postagens.

²⁹ Esse documento foi organizado com base na BNCC, por isso ele também não apresenta os temas aqui estudados.

QUADRO 2 – TEMAS DOS VÍDEOS

Turmas	Tema	Conteúdo Programático	Habilidades BNCC
1 ^a , 2 ^a e 3 ^a séries	Gênero e Sexualidade: compreendendo conceitos	-----	EM13CHS502 EM13CHS503
1 ^a , 2 ^a e 3 ^a séries	Piresinas	História de Goiás	EM13CHS204
1 ^a série	Sexualidade na Grécia Antiga	Antiguidade Clássica: Grécia	EM13CHS101 EM13CHS104 EM13CHS105

FONTE: A autora (2023).

O vídeo *Gênero e Sexualidade: compreendendo conceitos*, foi elaborado tendo em vista as colocações feitas pelas professoras na entrevista: a dificuldade de entender o que é gênero e sexualidade. Dessa forma, foram elencados os conceitos de sexo biológico, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, ressaltando a importância de respeitar o gênero e a sexualidade das pessoas, que cada pessoa deve ser respeitada em sua individualidade e ter liberdade de expressar sua identidade de gênero e orientação sexual, sem medo de discriminação e preconceito. A base teórica utilizada para a elaboração do vídeo foi o capítulo 01 do *LGBTQIAP+: um guia educativo* (FARIA FILHO; GOMES, 2022).

É válido destacar que o vídeo em questão aborda um tema amplo, não se limitando a um conteúdo específico dentro do ensino de História, o que o torna versátil e adaptável para diferentes abordagens pedagógicas. Essa característica possibilita que o professor o utilize de maneira flexível e criativa, de acordo com as necessidades e interesses de sua turma. Além disso, mesmo diante da vasta quantidade de vídeos disponíveis sobre esse tema no YouTube, a elaboração deste vídeo se destaca por sua relevância, uma vez que foi criado com o propósito específico de auxiliar os professores de História no ensino médio. Sua concepção direcionada às necessidades educacionais do ensino médio o torna uma ferramenta valiosa para enriquecer a experiência de aprendizagem dos estudantes, oferecendo informações e perspectivas adequadas ao nível de complexidade e maturidade desse público-alvo.

*Piresinas*³⁰, tema do segundo vídeo do canal, apresenta algumas mulheres que foram importantes e destaques no município de Pires do Rio, Goiás, com publicações de livros, atuação ativa em questões da cidade, uma vez que “a história é feita por homens e mulheres a

³⁰ Gentílico de quem nasce em Pires do Rio, Goiás.

cada instante, no cotidiano de suas vidas e no palco político por eles montado” (COLLING, 2004, p. 01). Algumas mulheres em destaque foram: Sandra Bianchini, Dorama Nasser, Ercy Rocha e Vanda Costa. Para a elaboração do vídeo foi realizada pesquisa no acervo do Museu Ferroviário de Pires do Rio.

O vídeo Piresinas assume uma importância ímpar, pois vai além de simplesmente resgatar memórias e relatos. Ao destacar o papel fundamental desempenhado pelas mulheres nessa localidade, ele contribui para o reconhecimento e valorização de suas histórias muitas vezes esquecidas ou negligenciadas. Além disso, por apresentar sobre as mulheres do município em que a pesquisa de mestrado foi realizada confere ainda mais credibilidade e relevância ao conteúdo apresentado. Desse modo, o vídeo não apenas oferece um registro significativo da história local, mas também se torna uma ferramenta educativa essencial para a conscientização sobre a importância do papel das mulheres na construção da identidade e cultura da região. Ademais, ao difundir essas histórias, o vídeo inspira e encoraja novas gerações de mulheres a conhecerem e valorizarem suas raízes, promovendo um fortalecimento do sentimento de pertencimento e empoderamento na comunidade.

É importante destacar que esse vídeo é altamente versátil, sendo adequado para ser utilizado em qualquer uma das três séries do ensino médio. Uma sugestão interessante é encaixá-lo no mês de novembro, período em que se celebra o aniversário da cidade de Pires do Rio, momento propício em que os professores costumam relembrar a história local. Além de ser uma excelente ferramenta para esse contexto, o vídeo pode ser uma inspiração para professores de outras localidades que desejem explorar a temática das mulheres destacadas em suas próprias cidades.

O último vídeo, *Sexualidade na Grécia Antiga*, foi elaborado especificamente para a 1ª série do ensino médio, período que se estuda sobre a Grécia Antiga e teve como base teórica para sua produção o artigo *Homoerotismo na Grécia Antiga – homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades* (CORINO, 2008). No vídeo, foi destacado que a sexualidade era uma parte importante da vida cotidiana e da cultura grega, que as atitudes em relação à sexualidade variavam de acordo com a cidade-estado e o período de tempo específico, além de que a sexualidade era considerada uma parte normal e natural da vida, e as pessoas não eram rigidamente categorizadas com base em sua orientação sexual.

Sexualidade na Grécia Antiga, apresenta uma relevância singular, pois foi criado com um enfoque específico para os alunos do ensino médio. Embora existam diversos vídeos disponíveis no YouTube abordando o mesmo tema, esse foi especialmente elaborado levando em consideração o nível de compreensão, interesse e maturidade dos estudantes dessa faixa

etária. Sua linguagem, conteúdo e abordagem foram cuidadosamente planejados para se alinharem com os objetivos educacionais do ensino médio, tornando-o uma ferramenta pedagógica mais adequada e proveitosa para essa etapa da formação acadêmica.

6.1.2 Guia Didático Pedagógico

O Guia Didático foi elaborado com o intuito de auxiliar os professores a incluir o gênero e a sexualidade em suas aulas de História de maneira sensível e respeitosa, sendo este, como mencionado anteriormente, um complemento aos vídeos produzidos. Ele foi dividido em 4 capítulos:

1 – Como utilizar os vídeos do Canal História 10?

Neste capítulo, foi explorado como os vídeos publicados no canal História 10 podem ser utilizados de forma eficaz e criativa para aprimorar o ensino de História em sala de aula. Foram indicadas sugestões de atividades tais como: discussão em grupo, desconstrução de estereótipos, análises de casos e estudos, respeito à diversidade, elaboração de projetos, participação de convidados, leituras complementares, encorajamento de diálogos, entrevistas fictícias, debates, criação de perfis, reflexões sobre mudanças sociais, entre outras. Além disso, foi frisada a importância de sempre contextualizar os vídeos em relação ao conteúdo do programa de estudos, incentivando os estudantes a analisar criticamente as informações apresentadas e a desenvolver habilidades de pensamento crítico.

2 – Personalidades LGBTQIA+ e representantes de Gênero:

No capítulo 2, foram apresentadas algumas personalidades LGBTQIA+ e representantes de gênero que desempenharam papéis notáveis na história, nas artes, na ciência e em outras esferas, com o objetivo de fornecer aos professores recursos para enriquecer as aulas e complementar os vídeos.

3 – Sugestões de Leituras:

Aqui foi realizada uma seleção de sugestões de leitura cuidadosamente escolhidas para aprofundar o conhecimento sobre gênero e sexualidade. As obras abrangem uma variedade de tópicos, desde estudos acadêmicos até memórias pessoais, e oferecem uma ampla gama de perspectivas e experiências. Ao mergulhar nas leituras, o professor terá a oportunidade de explorar a diversidade de identidades de gênero, orientações sexuais e as lutas enfrentadas por diferentes comunidades ao longo da História. Também será possível desafiar estereótipos, desconstruir preconceitos e ampliar sua visão sobre as questões de gênero e sexualidade.

4 – Sugestões de Documentários e Filmes:

Neste capítulo, foram organizadas produções audiovisuais que podem ser utilizadas pelos professores em sala de aula e que pode ser uma forma eficaz de estimular discussões significativas, ampliar a compreensão dos estudantes e promover um ambiente de aprendizado inclusivo. Ao assistir a filmes e documentários que exploram questões relacionadas ao gênero e à sexualidade, os estudantes são convidados a refletir sobre suas próprias identidades, a desafiar estereótipos e a desenvolver empatia por diferentes experiências e perspectivas.

As sugestões apresentadas neste capítulo abrangem uma variedade de temas. Cada produção foi selecionada com base em sua qualidade artística, relevância histórica e potencial para enriquecer as discussões em sala de aula.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de mestrado sobre gênero e sexualidade no ensino de História, representou um marco fundamental na vida profissional da pesquisadora, proporcionando uma riqueza de novos aprendizados e um olhar renovado sobre o tema. Além de enriquecer seu conhecimento acadêmico, essa pesquisa e o produto educacional resultante proporcionaram uma expansão notável em sua compreensão e abordagem do assunto. Ao se aprofundar nessa área, a pesquisadora ganhou percepções valiosas sobre as complexidades das dinâmicas de gênero e sexualidade no contexto educacional. Essa experiência lhe permitiu desenvolver uma sensibilidade mais profunda e uma apreciação mais completa da importância de promover ambientes de aprendizado inclusivos e seguros para todos os estudantes. Como resultado, essas descobertas enriqueceram sua perspectiva profissional, permitindo que ela contribuísse de maneira mais significativa para a melhoria do ensino e para a promoção do gênero e sexualidade no âmbito educacional.

A partir das entrevistas realizadas com as professoras do ensino médio da rede pública da cidade de Pires do Rio, Goiás, foi possível perceber que há um reconhecimento geral sobre a importância de se trabalhar com gênero e sexualidade no ensino de História. No entanto, os professores enfrentam desafios em relação à falta de suporte e orientações claras na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre como abordar esses temas em suas aulas.

Com o objetivo de auxiliar os professores nesse contexto, foi desenvolvido um produto educacional inovador, composto por uma série de vídeos e um guia didático, que foram criados especificamente para fornecer recursos relevantes e adequados ao contexto educacional dos professores de História. Esses materiais buscam apoiar os professores no ensino de gênero e sexualidade em suas aulas de História, permitindo um ambiente de aprendizado seguro e inclusivo.

Ao analisar os resultados da pesquisa realizada na plataforma do YouTube, verificou-se a existência de vídeos sobre o tema gênero e sexualidade no ensino de História. Entretanto, constatou-se que a maioria desses vídeos é de cunho teórico e acadêmico, não sendo adequados para serem usados diretamente em uma aula com alunos do ensino médio. Contudo, eles representam um valioso recurso para a formação e o preparo dos professores, auxiliando-os a desenvolver uma abordagem mais sensível e embasada sobre o tema.

Finalmente, é essencial ressaltar a relevância de se falar sobre gênero e sexualidade no ensino de História. Ao abordar essas temáticas, é possível desvelar aspectos históricos de

opressão, discriminação e resistência, que ajudam os estudantes a compreenderem a complexidade das relações sociais e a importância de promover a igualdade e o respeito à diversidade. Além disso, a inclusão desses temas no currículo escolar contribui para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Diante disso, enfatiza-se a necessidade de políticas educacionais que reconheçam a importância da educação em gênero e sexualidade e que proporcionem orientações claras e recursos adequados para os professores abordarem esses temas em suas práticas pedagógicas. A pesquisa realizada e o produto educacional desenvolvido são apenas um passo na direção de uma educação mais inclusiva e que promova o respeito ao gênero e à sexualidade, mas espera-se que possam inspirar novas iniciativas e reflexões nessa área tão relevante para a formação dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais igualitária e respeitosa.

9. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daivane Azevedo de; LEAL, Fabiana Soares Fernandes. Lei de Diretrizes e Bases da Educação -LDB: contribuições para a inclusão do tema diversidade sexual e de gênero no ensino brasileiro. **Revista Research, Society and Development**, v. 1, n. 11, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v1i11.33845>. Acesso em: 15 jun. 2023.

AUDINO, Daniel Fagundes; NASCIMENTO, Rosemy da Silva. Objetos de Aprendizagem: Diálogos entre conceitos e uma nova proposição aplicada à educação. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 5, n. 10, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1620/1468>. Acesso em: 10 out. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://22dj.short.gy/4fKOJd>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BARRETO, Juliano Bezerra de Menezes. **“Professor, o Senhor é Virgem?”** – Contribuições para o Ensino de História de Abordagens em Gênero e Sexualidade Desenvolvidas em Outros Contextos Disciplinares da Educação Básica. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://22dj.short.gy/Ub17Md>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: os fatos e os mitos**. 3 ed. São Paulo: Difel, 1975.

BENEVIDES, Bruna G. (org). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

BITTENCOURT, Maria Circe. **Livro didático e saber escolar (1810 – 1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto/Portugal, Porto Editora, 1994.

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade sexual na escola: currículo e prática pedagógica**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/Departamento de Educação, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/56135/56135_1.PDF. Acesso em: 19 jun. 2022.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; DA SILVA, Matheus Estevão Ferreira; MACIEL, Talita Santana. Gênero, sexualidades e educação: cenário das políticas educacionais sobre os direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 15, p. 01-21, 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 8035-B de 2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: temas transversais – orientação sexual**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://22dj.short.gy/dsX92M>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **CAPES - Considerações sobre classificação de produção técnica-educacional**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://22dj.short.gy/dMV57e>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Formação de Articuladores Locais do Programa de Inovação Educação Conectada**. Brasília, 2018.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. A importância do YouTube. In: _____. *YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*. São Paulo: Aleph, 2009. p. 17-34.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980 – 1998)**. Passo Fundo: UPF, 2001.

CASTRO, Roney Polato de; et al. Entre silêncios e silenciamentos: relações de gênero, sexualidades e ensino de História. **Revista Perspectiva**, v. 37, n. 4, p. 944-967, out./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2019.e61875>. Acesso em: 19 jun. 2022.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em revista**, v. 10, n. 10, 2004.

CORINO, Luiz Carlos Pinto. Homoerotismo na Grécia Antiga – homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades. **Biblos**, v. 19, p. 19–24, 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/249>. Acesso em: 25 jul. 2023.

DOS REIS, Neilton.; GOULARTH, Isabela. Questões de gênero no Ensino Médio: interfaces em sociologia, biologia e interdisciplinaridade. **Revista Café com Sociologia**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 88–106, 2017. Disponível em: <https://22dj.short.gy/CGdCdT>. Acesso em: 21 dez. 2022.

FARIA FILHO; Fausto de Melo; GOMES, Evellyn Cristina Teles. Sexo Biológico. In: FARIA FILHO, Fausto de Melo; OLIVEIRA, Rafael Alves; RODRIGUES, Érick Luiz de Paulo. **LGBTQIA+:** um guia educativo. 1. ed. ampl. Ceres, GO: IF Goiano, 2022.

FIGUEIRÊDO, Joana D’arc da Silva; BARROS, Ana Maria. Gênero e Diversidade Sexual: Uma análise sobre os cadernos de orientações pedagógicas em Direitos Humanos. **18º REDOR**, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife-PE. 2014. Disponível em: <https://22dj.short.gy/8GkGAil>. Acesso em: 10 out. 2022.

FOCHI, Graciela Márcia. **Metodologia do Ensino de História**. Indaial: UNIASSELVI, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FURLANI, Jimena. **O Bicho vai pegar!** – um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GABRIEL, Carmen Teresa. Currículo de História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019. v. 1, p. 72-78.

GREEN, Bill. Currículo, Política e a Pós-modernidade: além da questão do conhecimento na pesquisa em currículo. **Currículo sem fronteiras**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 501-514, set./dez. 2017.

GUSMÃO, Emery Marques. **Memórias de quem ensina História: cultura e identidade docente**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Secad/MEC, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997. Disponível em: <https://22dj.short.gy/YG87Kz>. Acesso em: 19 jan. 2022.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991. Disponível em: <https://22dj.short.gy/JnIXb5>. Acesso em: 19 jan. 2022.

MARCELINO, Priscila Nascimento; DAVID, Nismária Alves. Letramento Digital: uso do YouTube para além da sala de aula. **Revista Mediação**, v. 14, n. 2, 2019.

MENDES, Cunha Gabriel. **Canal “Outra História”: o uso do YouTube como ferramenta pedagógica para o ensino de História**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/560483>. Acesso em: 21 dez. 2022.

MENEZES, Marília Gabriela de; SANTIAGO, Maria Eliete. Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 3, set./dez, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v25n3/v25n3a03.pdf>. Acesso em: 09 set. 2021.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: **Corpo, Gênero e Sexualidade**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NADAI, Elza. O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1993.

NUNES, Sônia Maria Serrão. **O vídeo na sala de aula: um olhar sobre essa ação pedagógica**. 2012. Monografia (Especialização em Mídias na Educação) – Universidade Federal do Amapá, Macapá/AP, 2012. Disponível em: <https://22dj.short.gy/cOFAjx>. Acesso em: 08 ago. 2022.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de. Kit de combate a homofobia do MEC: a polemização em torno dos recursos audiovisuais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 16, n. 70, p. 319-334, mai./ago., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v16i70.8643822>. Acesso em: 21 dez. 2021.

PATRÍCIO, Maria Raquel; GONÇALVES, Vítor. **Utilização educativa do Facebook no ensino superior**. In: I Conference learning and teaching in higher education. Évora: Universidade de Évora, 2010a. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/2879/4/7104.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

PERES, Marilen Fagundes; SCHIRMER, Janete ; RITTER, Tatiane Souza. O ensino de História no Brasil: Suas funções e implicações políticas e sociais – Séc. XIX até a atualidade. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul/dez. 2015.

PROENÇA, Marcelo Carlos. **Ensino da História e formação para a cidadania**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

RALEJO; Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.77056>. Acesso em: 21 dez. 2022.

RANGEL, Felipe Sarmenghi; DELCARRO, Jéssica C. Silva; OLIVEIRA, Lohan Galvão. **Como se faz? Guia Didático**. 2019. Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação em Ciências e Matemática) – Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: https://issuu.com/jessicadelcarro2/docs/livreto_guia_didatico. Acesso em: 20 jan. 2022.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: A intervenção da hierarquia católica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, no. 1, p.383-387, mai. 2012. Disponível em: <https://22dj.short.gy/PsIONz>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânea Ávila. 2 ed. Recife: S.O.S Corpo, 1995.

SEFFNER, Fernando. É raro, mas acontece muito: aproximações entre ensino de História e questões em gênero e sexualidade. In: ANDRADE, Juliana Alves de.; PEREIRA, Nilton

Mullet. **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2 ed. São Leopoldo: Oikos, 2021. p. 422-437. Disponível em: <https://22dj.short.gy/5neOLm>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SILVA, Juliana Collares da; et. al. Gênero e sexualidade na BNCC: Uma análise sob a perspectiva Freireana. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 2, p. 152-176, jul./dez. 2020, Disponível em: 10.14295/de.v8i2. 12104. Acesso em: 19 jun. 2022.

SOUZA, Diego Gomes. **Diversidade Sexual e de Gênero no Ensino de História: Encontros e Desencontros Entre Transversalidade e Disciplinaridade**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/601357>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SOUZA, Pedro de Almeida. **História em rede: o uso do YouTube como estratégia de ensino na disciplina de História numa sociedade midiática**. Monografia (Curso de História) – Universidade de Taubaté, Taubaté/SP. 2019. Disponível em: <https://22dj.short.gy/qKYsFu>. Acesso em: 21 dez. 2022.

SUÁREZ, Mireya. A problematização das diferenças de gênero e a antropologia. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995. p. 31-48.

TERUYA, Teresa Kazuko. Sobre mídia, educação e estudos culturais. In. MACIEL, Lizete Shizue Bomura; MORI, Nerli Nonato Ribeiro (Org.) **Pesquisa em Educação: Múltiplos Olhares**. Maringá: Eduem, 2009. p. 151-165.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Maria Auxiliadora Marques. Guia Didático: Proposta pedagógica e aprendizagens. **Revista Educação e Linguagem**, v. 4, p. 1-9, 2010. Disponível em: <https://22dj.short.gy/dyoLc8>. Acesso em: 21 dez. 2022.

VEEN, Win.; VRAKKING, Ben. **Homo Zappiens: educando na era digital**. Tradução Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2009.

VERVLOET, Laylla Correa Teixeira; BITTE, Regina Celi Frechiani. Saberes e Fazeres Docentes: o Ensino de História na Perspectiva da Diversidade Sexual e de Gênero. **Anais VII CONEDU - Edição Online**. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69527>. Acesso em: 06 jun. 2021.

VERVLOET, Laylla Correa Teixeira. Contribuições do Ensino de História para o Debate Sobre Diversidade Sexual e de Gênero: Entre Memórias, Narrativas e Práticas Docentes. **XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História – Edição Online**. 2020. Disponível em: <https://22dj.short.gy/YITrGr>. Acesso em: 26 jul. 2021.

APÊNDICE

Apêndice – Transcrição das respostas das professoras.

1 – Há quanto tempo você é professor(a)?

Professor P1: “Já tem 19 anos”.

Professor P2: “Faz 22 anos”.

Professor P4: “29 anos”.

2 – Qual a sua formação acadêmica?

Nesta pergunta o objetivo foi saber se os professores que lecionam História possuíam formação ou complementação na área, uma vez que segundo pesquisa do Censo Escolar de 2019, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 40% dos professores que atuam no Ensino Médio não tem formação na área que lecionam³¹. Assim, as respostas foram:

Professora P1: “Concluí em 2001 o curso de licenciatura, em 2002 eu comecei o curso de especialização de História do Brasil e Contemporânea na UFG de Catalão”.

Professora P2: “Tenho a graduação em História, especialização em Ciências da Natureza em Biologia, graduação em Psicologia, especialização em Psicanálise e especialização em História”.

Professora P4: “Fiz licenciatura em História e em Educação Física e especialização em Gestão, Direção e Orientação”.

3 - Há quanto tempo você ministra a disciplina de História?

³¹ TENENTE, L. G1 Educação. **40% dos professores de ensino médio não são formados na disciplina que ensinam aos alunos**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/02/09/40percent-dos-professores-de-ensino-medio-nao-sao-formados-na-disciplina-que-ensinam-aos-alunos.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2022.

Pensando no estudo do Inep mencionado acima, é importante também entender se essas professoras em algum momento de sua vida profissional lecionaram em disciplinas diferentes das quais tem formação.

Professora P1: “Tive que trabalhar também com outras disciplinas, já trabalhei com Ciências pra poder complementação de carga, quando tive que voltar pra Pires do Rio tive que trabalhar com Língua Portuguesa e Língua Inglesa, só. Mas sempre com História, nunca deixando História”.

Professora P2: “Desses 22 anos como professora, talvez meio ano ou 1 ano sem ela”.

Professora P4: “Há uns 16 anos somente com História e mesclando com a Educação Física”.

4 – De forma geral, explicita os procedimentos de ensino utilizados por você em suas aulas.

Esta e as demais perguntas posteriores foram organizadas com o objetivo de direcionar para a construção dos Produtos Educacionais. A presente questão visa perceber os procedimentos didáticos que as professoras mais preferem utilizar no decorrer de suas aulas, o que irá contribuir em específico para a produção do Guia Didático proposto como um dos Produtos.

Professora P1: “O mapa mental foi um grande achado nos últimos tempos porque é um recurso que você utiliza de cores, é um resumo né bem diversificado que pode trabalhar ali causas, consequências, você pode trabalhar é recursos né, por exemplo, igual quando tem que trabalhar Segunda Guerra Mundial pode tá trabalhando ali os tratados, pode tá trabalhando ali, digamos assim, as participações dos países, então adoro trabalhar com esses recursos inusitados e puxando também a participação. Outra coisa também né, que agora com a questão da BNCC, a gente também tem que puxar muito a participação do aluno, então a gente tá tendo que trabalhar muito com quiz, gamers, entendeu? Então não tá mais aquela coisa da atividade só no caderno. Então o tempo inteiro você tem que tá inovando. É cansativo, não é fácil, tempo inteiro tem que tá buscando alguma novidade, alguma coisa, mas assim, a gente tem que tá inovando”.

Professora P2: “Busco mesclar nas aulas o uso de vídeos, com aulas expositivas, com vídeo aulas, filmes, slides. Quadro e giz só as vezes. Também trabalho com os alunos seminário, aula invertida, sempre fazendo debates, trabalhos em duplas e sou aberta a sugestões dos alunos, sempre. Uma barreira que encontrei foi a pandemia, porque essas interações já não era tão fáceis de se ter com os alunos estudando em casa e na maioria das vezes nem aparecendo nas aulas online”.

Professora P4: “Uso documentários, vídeo aulas, aula expositiva-dialogada, esquemas e filmes”.

Como é possível perceber na fala das professoras, elas se preocupam com o uso de recursos que chamem a atenção dos alunos, mesmo que, como menciona a Professora P1 seja um trabalho cansativo. Vale destacar que a Professora P4 ao responder à pergunta, se mostrou evasiva em relação às demais.

5 – Você usa o YouTube em suas aulas ou para o preparo delas? Por quê?

O interesse com esta pergunta, além do já mencionado anteriormente, é a de saber no caso de respostas positivas, se essas professoras possuem alguma preferência por canais ou buscam vídeos de canais aleatórios. É importante para que a pesquisadora possa acessar esses vídeos e entender sua dinâmica, o que poderá ajuda-la na produção dos próprios vídeos como Produto.

Professora P1: “Muitas vezes eu utilizava mais assim pra poder ver uma dinâmica de uma fala diferenciada, tá vendo assim alguns autores, porque assim, o tempo pra gente poder tá conhecendo as novidades do mercado. Porque eu não sabia antes você ler um livro acadêmico antigo era válido, hoje não. Hoje o pessoal quer coisa mais atualizada né. Hoje, como se diz, a moda é usar coisa acadêmica atualizada, linhas atualizadas. Então assim, eu gosto de olhar por causa disso, mas os vídeos do YouTube não são atualizados, então fica difícil né”.

Professora P2: “Sim, gosto de usar pois tem as vídeo aulas como um complemento, tem uns cursos extra complementar para passar no Ensino Médio”.

Professora P4: “Sim, para vídeo aulas. O canal Aulas Paraná tem todas as aulas, com vários conteúdos desde o Ensino Fundamental II até o Médio”.

A Professora P1 não respondeu bem à pergunta e nem citou um canal específico do qual gosta, porém passou sua percepção em relação ao YouTube, de que os vídeos são desatualizados. As professoras P2 e P4 mais uma vez indicaram o uso do YouTube em sala, em específico de vídeos aulas, sendo que a segunda citou até mesmo um canal de sua preferência.

6 – Quando o faz, você prefere assistir/usar nas aulas vídeos curtos ou longos?

A relevância desta pergunta se refere ao fato de que nos últimos anos a popularização de vídeos curtos tem crescido no YouTube, tanto que em maio de 2021 a referida plataforma

iniciou o lançamento do *Shorts*, que são vídeos de até 60 minutos. Como vídeo longo a pesquisadora sugeriu aos professores como sendo de 15 a 20 minutos.

Professora P1: “Eu vejo pela fala né, pela questão da interação, pela fala. Eu gosto de ver mais pela linha, se é mais escolanovista, tendeu? Se for muito tecnicista, se for muito tradicionalista eu não gosto. Mas os alunos preferem vídeos mais curtos”.

Professora P2: “Vai muito do conteúdo, dependendo utilizo de 10 minutos pra baixo, a menos é claro, que seja um filme ou um documentário né?”.

Professora P4: “Gosto de utilizar em uma aula de 2 a 3 vídeos curtos, nunca um só. Aí quando utilizo eles são de 8 a 10 minutos só”.

A professora P1 não foi específica em sua resposta, como pode-se perceber, mas deixou claro que seus alunos gostam de vídeos curtos. No momento da entrevista, quando a pesquisadora fez a pergunta a professora A demorou um pouco a responder, como se usar vídeos em aulas não fosse muito comum a ela. As demais professoras, P2 e P4, deram respostas um pouco parecidas, uma vez que especificaram que comumente utilizam vídeos de 10 minutos a menos.

7 – Qual o seu entendimento em relação à diversidade sexual e de gênero? Você consegue fazer uma relação entre esses temas e o ensino de História?

Esta pergunta é importante, pois irá responder ao segundo objetivo específico da pesquisa, para compreender sobre o conhecimento desses professores sobre o tema.

Professora P1: “Na verdade eu passei a conhecer porque eu tenho uma filha transgênero. Não conhecia, então passei a conhecer porque comecei a viver isso na prática e passei a ver que tem muitas outras é (Pausa). Necessariamente que orientação não é opção. Fui aprendendo isso como se diz, lendo, estudando, vendo documentários. E assim, a nossa sociedade ela ainda não mudou, apesar de ter tantas informações ainda não mudou. E a nossa história também não mudou (Pausa). E assim, nós como professores não estamos preparados pra poder é, recebermos esses jovens e até mesmo estarmos orientando e ao mesmo tempo fazendo eles abrir a cabeça e entender que isso faz parte da vida, eles são assim. Eu até dou um exemplo que a gente não vai ter uma política é... com equidade enquanto a nossa sociedade não for uma sociedade moral, enquanto não for uma sociedade boa e uma sociedade que tem valores, porque a nossa sociedade também, ela é podre e corrupta. Então não tem como a gente ter uma política melhor”.

Durante a fala, a professora ficou emocionada, fazia pausas ao falar e foi perceptível que esse é um tema delicado para ela, justamente por ter essa vivência, por ter uma filha transgênero. No decorrer da conversa, é válido destacar, que a professora mencionou que a escola na qual trabalha teve um aluno que pediu para ser chamado por seu nome social e a escola aderiu a isso, pois como ela mesma disse, está pautado em uma portaria do Ministério da Educação. Porém, como esse aluno à época era menor de idade e ainda não tinha passado por um juiz, a escola pegou a documentação e fez um termo que a ele era concedido o direito de ser chamado pelo nome social.

Professora P2: “Conheço muito pouco, porém tento fazer essa relação. Na disciplina de Projeto de Vida, quando lecionava ela, passava textos, slides sobre a questão de gênero, sexualidades, as diferenças. Mas falta muitos cursos, trabalhos sobre isso na internet pra faixa etária que leciono”.

Professora P4: “Ainda não consigo, pois não tenho suporte pra isso. Os alunos são até mais antenados do que os professores, mas sei que as prioridades mudam no contemporâneo”.

A Professora P2 estava bastante tranquila ao responder esta questão e mostrou-se estar sendo sincera sobre o que falava. No que diz respeito a Professora P4, esta demonstrou muito nervosismo, estava inquieta ao falar, o que a pesquisadora entendeu como algo que ela realmente não tinha conhecimento e segurança ao falar.

Percebe-se assim que, das 3 professoras a único que tem mais familiaridade com o tema, é a Professora P1, mas ainda assim nenhuma delas foi específica sobre saber a relação entre a História e a diversidade sexual e de gênero.

8 – Você discute sobre a diversidade sexual e de gênero em suas aulas de História?

Esta pergunta é um desdobramento da anterior e relevante para saber qual importância essas professoras dão para as discussões e se há discussões sobre o tema em suas aulas.

Professora P1: “Apesar de achar o tema difícil, tive que discutir porque houve um certo atrito né, em que muitos alunos estavam se sentindo agredidos e falei pra eles que eles têm que ter paciência em ensinar, porque as pessoas não nascem aprendendo e muitas pessoas tem uma educação muito conservadora e isso tá muito novo, assim, das pessoas poder se assumir. Então nem todos tem essa aceitação numa boa, então eles têm que aprender a ensinar. Falei: como vocês são jovens, ensinem, ensinem que hoje, no mundo de hoje as pessoas tem que aprender a tolerar, não é obrigado e obrigada a aceitar, mas respeitar”.

Professora P2: “Sim, discuto. Teve um episódio na escola que estávamos falando sobre isso e os alunos tem muitos tabus, muitos preconceitos e comentaram do “Kit Gay”, aí eu: se te derem uma surra, você vira gay? E expliquei o que era isso e tudo, mas eles têm muita dificuldade em entender sobre gênero e a sexualidade, tanto que já chegou reclamação de pais na escola dizendo que a professora tava falando de gênero na aula. Mas como a coordenação também é aberta para isso, explicaram para os pais. Depois, fiz um trabalho com eles sobre identidade cultural e gênero e os alunos homens se vestiram de mulher. Depois disseram que se sentiram com muita vergonha porque quando passavam no corredor da escola, outros alunos começavam a assoviar, a chamar de gostosa e essas coisas e foram dizer né, como que as mulheres dão conta disso. Meu principal ponto com essa atividade foi trabalhar com o respeito”.

Professora P4: “Não, mas no sentido de que estamos muito fechados pra esses temas, precisamos crescer em conhecimento juntos”.

As Professoras P1 e P2 estavam tranquilas ao responder e a P4 mais uma vez se mostrou nervosa e, como mencionado anteriormente, por essa questão ser um desdobramento da anterior, a resposta conseqüentemente seria uma continuação da explicação.

9 – Você já assistiu/utilizou algum vídeo do YouTube referente à diversidade sexual e de gênero em suas aulas ou para o preparo delas?

Professora P1: “Eu ia organizar uma eletiva, mas aí como veio uma eletiva Aprendendo a Viver na Cidade, eu fui escolhida aí eu tive que engavetar esse projeto né da diversidade, que eu ia aprendendo a viver a diversidade, respeitando. O tema era um pouco grande, aí eu só guardei, mas quero trabalhar, quero, porque eu vejo a necessidade, e muito, é necessário. Porque o que me chama a atenção não é nem pela questão de eu ter uma filha, a questão que chama a minha atenção é a violência com que a nossa sociedade, porque assim, uma coisa é a brincadeira, dói ali no momento, mas quando parte pra uma violência que mata muitas pessoas e principalmente travestis, trans, a gente se preocupa né. Mas sobre o YouTube, tem muita coisa, eu procurei e achei inclusive uma entrevista daquela Bruna Linzmeyer que é bastante atuante, porque ela levanta a bandeira de uma forma bem politizada, mostrando a importância de respeitar e inclusive, eu vi uma luta de pessoas trans de destaque em Fortaleza no Ceará, com leis inclusive dentro da escola pra ser aceito o nome social, porque isso incomoda muito. Eles falam que dói muito quando fala porque eles não aceitam”.

Professora P2: “Sim, já assisti. Principalmente a questão do gênero, para qual lado ir, depoimentos sobre as pessoas Trans, que preconceitos, sobre racismo, e outros”.

Professora P4: “Não, nunca assisti.”

10 – Você precisaria ou utilizaria um material didático para te auxiliar a trabalhar com a diversidade sexual e de gênero nas aulas de História?

Professora P1: “Com certeza! A gente sempre está aberto a sugestões né, aquelas pessoas que queiram né contribuir, eu sou uma pessoa muito aberta a isso, toda ajuda é bem-vinda. Como eu te disse, eu estou aprendendo, não sei de tudo e tudo assim despertou meu interesse depois que eu passei a viver o assunto”.

Professora P2: “Sim, utilizaria, pois, é a gente que precisa procurar, não vem nada pronto, jogam o tema com um texto e a gente que precisa se virar. Acho que seria interessante fazer um sobre a diferenciação, pois aqui na escola tem alunos que já se identificam, que fizeram cirurgia”.

O material do qual a Professora P2 comentou sobre diferenciação, é no sentido de nele ter um vídeo sobre o que é gênero e o que é sexualidade.

Professora P4: “Claro, tudo que é diferente é bom, a construção de conhecimento, conhecer a lei”.

Como se percebe pelas respostas, todas as professoras gostariam de ter um material para poder auxiliá-las, visto que elas não têm nada de suporte didático sobre o assunto. Intui-se que com um material próprio, o professor também ganhe tempo.

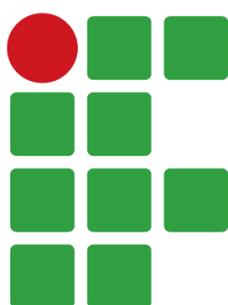
11 – Os vídeos e o guia didático proposto nesta pesquisa, seriam materiais que você utilizaria para trabalhar com a diversidade sexual e de gênero nas suas aulas de História?

Professora P1: “Seria, os vídeos teriam que ter no máximo uns 5 a 6 minutos”.

Questionada sobre o guia didático, a professora sugeriu como atividades, que seria interessante colocar cruzadinhas, mapas mentais, forca, caça-palavras, que os alunos gostam.

Professora P2: “Sim, tenho total abertura pra utilizar os materiais, inclusive o diretor da escola vai gostar”.

Professora P4: “Utilizaria todos os materiais, principalmente o visual que é o que os alunos gostam”.



**INSTITUTO
FEDERAL**

Goiano

Campus
Urutaí